

CULTURA E MODO DE VIDA CAMPONÊS NO
OESTE CATARINENSE:
as bases para a organização e reação frente à crise
dos anos 70

*Odilon Luiz Poli**

Resumo

O presente trabalho constitui-se em um estudo sobre a cultura e o modo de vida das populações camponesas do Oeste Catarinense, na forma como se caracterizavam no período imediatamente anterior ao processo de modernização da agricultura, ocorrido a partir da década de 70. É fruto de um processo de pesquisa desenvolvido no período de 1993 a 1995, e envolveu, além da consulta a estudos já existentes sobre o tema, uma pesquisa de campo baseada na coleta de histórias de vida de camponeses. A perspectiva teórica do estudo está embasada especialmente nas categorias de experiência humana, consciência afetiva e moral e cultura, desenvolvidas por Thompson (1981, 1984 e 1987), além de estudos mais específicos sobre campesinato.

Palavras-chave: Campesinato, cultura camponesa, Oeste Catarinense.

* Professor do Centro de Ciências da Educação da UNOCHAPECÓ, Mestre e Doutorando em Educação pela UNICAMP.

1. Introdução

O presente artigo é fruto de um trabalho de pesquisa, realizado entre os anos de 1993 a 1995, voltado ao estudo dos movimentos sociais envolvendo populações camponesas no Oeste Catarinense, ocorridos na região no final da década de 70 e início da década de 80; voltou-se principalmente à compreensão dos fatores de mobilização que possibilitaram o surgimento quase simultâneo dos seguintes movimentos sociais: o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Oposições Sindicais dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Partindo de referenciais teóricos que valorizam a presença da cultura¹, bem como dos processos comunicativos/interativos² na explicação da gênese dos processos sociais, concluímos pela necessidade de conhecer a população que se mobilizou no final da década de 70 e início dos anos 80, em reação às transformações provocadas pelo processo de modernização da agricultura, o qual provocou uma profunda crise na produção agrícola de base familiar, amplamente presente na região.

A compreensão da cultura e do modo de vida da população camponesa e seus espaços comunicativos/interativos ocupou um lugar de destaque na compreensão da gênese dos movimentos sociais em questão. Diante disso, organizamos um processo de pesquisa sobre as populações camponesas do Oeste Catarinense, o qual resultou em dois capítulos da dissertação de mestrado³. O presente artigo é uma versão reelaborada do capítulo três da referida dissertação. Refere-se, na verdade, mais especificamente à cultura e ao

modo de vida dos chamados camponeses *de origem*⁴, fazendo referências muito breves e apenas em termos comparativos aos *caboclos*⁵.

Em termos metodológicos, além da consulta aos estudos já produzidos sobre a população da região, bem como das obras relativas ao processo de colonização no Sul do país, realizamos um trabalho de campo, baseado na coleta de histórias de vida de camponeses da região. As histórias de vida aqui utilizadas referem-se, todas, a camponeses que exerceram alguma forma de liderança nos movimentos sociais em estudo⁶. Valem-nos também do nosso próprio contato e convívio, por vários anos, com o meio rural no Oeste Catarinense, convivendo com o cotidiano de uma unidade camponesa de produção, suas relações internas e externas, e com a dinâmica de uma comunidade camponesa típica da região, com suas relações, seus rituais, suas práticas de solidariedade e tudo, enfim, que envolve a vida no campo. Tomamos aqui essa nossa experiência direta, na mesma perspectiva de Hoggart (1993, p. 28), que afirma: “Quando descrevo as atitudes antigas, faço-o em grande medida com base nas recordações da minha infância; conheci pessoalmente essas atitudes [...]”.

Preservamos no texto algumas referências ao processo de mobilização e organização dos movimentos sociais acima referidos, por entender que as mesmas ajudam a perceber a perspectiva a partir da qual o estudo foi realizado.

Utilizamos no texto o tempo passado, uma vez que a descrição se refere à realidade desses camponeses no período imediatamente anterior à modernização da agricultura e às transformações ocorridas com o início desta. Ou seja, não se está tratando da realidade atual desses camponeses, mas sim do momento em

que ocorreram as transformações, diante das quais desencadeou-se o processo de mobilização. É bem verdade que, em se tratando de pesquisa baseada em histórias de vida, estamos nos baseando em lembranças dos entrevistados, as quais refletem as elaborações atuais sobre fatos passados, influenciadas, portanto, pelo momento presente vivido por esses sujeitos. Mesmo assim, julgamos apropriado manter a construção em tempo pretérito, pela razão acima exposta.

O texto encontra-se organizado em duas partes. Na primeira, abordamos alguns dos elementos que consideramos centrais para a compreensão do processo de produção camponesa na região em estudo. A segunda parte é dedicada à descrição de alguns elementos do imaginário e da cultura camponesa, tal como os percebemos na população em estudo.

2. Elementos do processo de produção camponesa no Oeste Catarinense

Partindo-se da idéia de que um dos elementos importantes, embora não o único, para a compreensão do camponês é a análise das características e da dinâmica da unidade camponesa de produção (SHANIN, 1990), apresentam-se a seguir alguns elementos da produção camponesa, nos núcleos de camponeses *de origem* do Oeste Catarinense e sua posterior desestruturação pelo processo de modernização da agricultura.

Além das informações obtidas através dos depoimentos orais coletados na presente pesquisa, contribuíram para a presente elaboração, principalmente, o estudo de Santos (1978) sobre um bairro rural de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, cujas unida-

des produtivas (características da terra, tamanho dos lotes, força de trabalho, tipo de produção, organização do trabalho, organização familiar, etc.), bem como a própria organização comunitária, possui muitas semelhanças com as unidades produtivas e comunidades camponesas (também chamadas de linhas) do Oeste Catarinense. Além disso, foram incluídas contribuições de outros estudos afins, especialmente de Lamarche (1993) e, principalmente, do estudo de Renk (1990) realizado especificamente com camponeses do Oeste Catarinense, o qual apresenta uma contribuição muito importante, sobretudo para a caracterização da cultura e do modo de vida dessa população.

2.1. A força do trabalho familiar

Do mesmo modo que na maioria das formações sociais camponesas, entre os camponeses do Oeste Catarinense quem movia o processo de trabalho era a força de trabalho familiar⁷. De alguma forma, todos os membros participavam do processo de trabalho desde muito cedo.

A família era uma unidade de produção e consumo, sendo organizada em forma de trabalhador coletivo. Havia uma divisão interna do trabalho. Os homens tinham a responsabilidade de todas as tarefas produtivas, de direção e contato com a cidade. O chefe de família era a sua maior autoridade. Mesmo havendo, com frequência, discussões e decisões coletivas sobre as questões de produção, a última palavra, em caso de dúvida, era sempre do chefe de família.

Era no interior da família que se dava a reprodução do modo de vida e da força de trabalho, tanto no que se refere à reprodução biológica (procriação),

quanto no tocante à socialização das crianças e à preservação do patrimônio cultural típico do grupo.

A família camponesa condensava o núcleo familiar e o núcleo produtivo sendo, portanto, o *locus* tanto da socialização primária (aprendizado da cidadania, dos valores e dos costumes), quanto da socialização secundária (aprendizado do trabalho) (SANTOS, 1978).

Na família camponesa as crianças aprendiam a conviver com a realidade do trabalho, desde muito pequenas, numa mescla de trabalho com brinquedo infantil. Dessa forma, internalizavam, desde muito cedo, a sua importância como meio de ganhar a vida. Sua participação se dava naquelas tarefas que se mostravam capazes de executar, tendo sido destacado, principalmente, o cuidado e a alimentação de animais e outros serviços auxiliares ao trabalho dos adultos⁸.

Nas épocas em que o trabalho na lavoura era muito intenso, na colheita principalmente, mesmo as crianças que freqüentavam a escola tinham sua rotina alterada, de modo a favorecer uma participação mais intensa na lavoura, podendo, inclusive, faltar à escola para trabalhar⁹.

Percebe-se, assim, que, desde muito pequenas, as crianças eram levadas a incorporar uma ética em que o trabalho tinha um valor fundamental como fonte de subsistência, como meio privilegiado de ganhar a vida e de honrar o seu compromisso com a coletividade em que se encontravam inseridas. Era dada uma importância fundamental ao trabalho intenso e ininterrupto como sinal de virtude, em oposição ao ócio, identificado como vagabundagem.

Aproximadamente aos 15 anos o jovem assumia as tarefas do adulto e passava a ser visto como tal no

espaço social e de lazer, sendo admitido nos jogos e reuniões dos mais velhos. Por aí também se percebe a importância atribuída ao trabalho, pelos camponeses, no processo de socialização. Outro aspecto que chama a atenção é o fato de os jovens praticamente não terem adolescência, passando diretamente da infância ao mundo adulto. Já os homens e as mulheres idosos participavam do trabalho através da execução de tarefas mais leves.

Santos (1978) coloca que, na família camponesa, a força de trabalho era utilizada segundo o valor de uso. Como a atividade se voltava à transformação de objetos, é nesse sentido que a capacidade de trabalho de cada membro possuía um significado para a família. Não se realizava, portanto, a separação do trabalho da pessoa do trabalhador, nem a conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada um desempenhava um trabalho útil e concreto, de acordo com o momento e a necessidade. Estruturava-se a divisão técnica do trabalho baseada na cooperação. Resultava daí uma jornada de trabalho combinada dos vários membros da família, caracterizando-a como um trabalhador coletivo. Cabe observar que, organizada dessa forma, a família camponesa facilitou a liberação de alguns dos seus membros para atuar na articulação das reações políticas frente à crise que se abateu sobre esse modo de vida e de trabalho, no interior das quais surgiram os movimentos sociais que marcaram a região no final da década de 70 e início dos anos 80.

Cabe aqui uma observação especial quanto à participação da mulher no trabalho, dentro da unidade familiar. A mulher participava tanto das tarefas domésticas quanto das tarefas produtivas (na lavoura). Sua jornada de trabalho se caracterizava pela junção des-

sas duas atividades. Embora houvesse a preferência de que as mulheres não realizassem tarefas pesadas (que exigissem muita força física), como lavrar a terra, colocar postes, etc; a ausência de braços masculinos para fazê-lo poderia significar a quebra desse padrão. Uma doença ou necessidade de o homem afastar-se temporariamente da produção podia levar a mulher a assumir as tarefas ditas mais pesadas, como é o caso da aração da terra. Os depoimentos a seguir são ilustrativos nesse sentido:

A minha mulher lavrou porque eu fiquei doente. Depois de uns anos que eu casei, eu fiquei doente (Entrevistado A).

[...] Olha, a minha mãe, ela [...] mas daí era uma função mais específica, porque meu pai era bastante doente, né. Ele sofria muito do pulmão [...] asma, reumatismo e tal. [...] E aí quem acabava tocando a propriedade, no trabalho, era a minha mãe. E aí era interessante que, eu me lembro, a minha mãe ela era muito rápida no trabalho, né. [...] Minha mãe trabalhava que foi uma coisa fora do normal, né. Era dificilmente prum homem batê ela no serviço, né (Entrevistado B).

Observa-se que os depoimentos citados indicam situações excepcionais em que a mulher podia assumir a realização de determinadas tarefas, geralmente atribuídas ao sexo masculino e mesmo o próprio comando da produção, o que só ocorria em virtude de um impedimento do homem. Os mesmos depoimentos ainda ilustram a participação das crianças no processo de produção, assumindo, desde bastante jovens, determinadas tarefas tidas como adequadas para sua idade.

Renk (1990) observou que, nos primeiros anos de instalação da família num novo local, a necessi-

dade do “trabalho redobrado” podia levar a uma quase abolição da divisão sexual do trabalho na lavoura, tendo a mulher que executar “trabalho de homem”, embora o trabalho doméstico permanecesse sempre como um trabalho feminino. Isso também parecia válido para os primeiros anos após o casamento, durante o período de instalação da nova unidade produtiva. Ou seja, “[...] principal no começo, logo que casava, a mulher fazia qualquer serviço” (Entrevistado A).

De qualquer modo, mesmo em épocas e em situações normais, parece válido concluir que as mulheres estavam submetidas a uma dupla jornada de trabalho, uma vez que elas participavam ativamente dos trabalhos da lavoura e as tarefas domésticas raramente eram divididas com os homens. Observem-se, por exemplo, os depoimentos que seguem:

As mulheres e os homens tinham atividades diferentes, ou elas faziam mais ou menos as mesmas coisas?

- Eram as mesmas coisas. Na família sempre foi as mesmas coisas [...] trabalhando na roça, né, e claro, em casa as atividades eram mais prá mulher, né.

- Quer dizer, os homens não ajudavam em casa? As mulheres ajudavam na roça e os homens não ajudavam em casa?

- É. Exato. Os homens não ajudavam em casa (Entrevistado C).

Olha, a mulher sempre foi mais explorada. Eu tenho que reconhecer isso, porque nós ia todo mundo prá roça, né. Lá era rapaiz e moça, todo mundo prá roça. Até prá maiá feijão a cacete, as moças ajudavam, né. lam também pro manguá [...] maiá feijão a cacete. E depois em casa a divisão era assim: [...] O serviço dos rapaiz e do pai era tratá os porco, buscá pasto, essas coisas todas, né. E das moças era lutá com as vaca de leite. Mas além das vaca, tinha a roupa prá lavá, ti-

nha que ajudá a mãe fazê comida, limpá a casa [...] todo esse negócio [...] (Entrevistado D).

Não obstante essa participação da mulher no trabalho produtivo, era muito limitada a participação dela na condução dos negócios, ou na representação dos interesses da unidade produtiva, fora do espaço doméstico. Negociar era uma tarefa quase que eminentemente masculina, ficando a participação da mulher restrita aos casos em que inexistia alguém do sexo masculino para fazê-lo. Essa situação foi descrita praticamente por todos os camponeses entrevistados, ficando bem evidente que a participação da mulher era muito ativa, estando submetida, com muita frequência, a uma dupla jornada de trabalho; porém, esta se restringia ao âmbito interno da unidade produtiva, sem qualquer participação, sobretudo nos negócios, uma atividade feita em nível de mercado. Veja-se, por exemplo, o depoimento:

- E nos negócios, a mulher participava?
- Aí era machismo garantido, né. Isso é coisa pra homem.
- Elas não saíam pra negociar?
- Não. Pra negociá, não. A minha mãe, o que ela fazia era quando faziam, uma vez por ano, uma compra de roupa. E daí comprava tecido inteiro [...] rolo assim, né. Então eles pegavam, nós era piquinininho, nós ia junto. Aí eu sei que o pai encostava na loja assim, e carregava aquela carrocinha com cavalo que tinha [...] e aí, né, ia e escolhia. As veiz uma panela, essas coisas e tudo mais. Mas o dinheiro ela nunca viu, né (Entrevistado B).

É preciso registrar que essa dupla jornada de trabalho, bem como o traço cultural que determinava a

restrição das atividades femininas ao espaço interno da unidade produtiva, se constituíram num dos fatores limitantes à participação da mulher no espaço público, privando-a ainda mais do que ao camponês homem das possibilidades de exercício da comunicação e da palavra no espaço público. Um exemplo bem representativo e até contundente disso é o relato de uma das fundadoras do movimento de mulheres agricultoras que, durante a articulação da oposição sindical em Chapecó, numa reunião que houve, à noite, em sua casa, para discussão do assunto, enquanto seus irmãos e outros convidados (homens) discutiam a questão do sindicato, sua tarefa limitou-se, como de costume (segundo as suas palavras), a fazer pipoca e chimarrão para o grupo. Após isso, foi deitar-se, uma vez que o assunto não dizia respeito a mulheres. Essa realidade parece estar na origem das dificuldades maiores, demonstradas pelas mulheres agricultoras para a retomada do exercício da palavra no espaço público. Os depoimentos colhidos dão conta de que essa dificuldade se constituiu num dos maiores entraves para a participação das mulheres nos movimentos e especificamente na organização do Movimento de Mulheres Agricultoras. É preciso observar ainda que, em muitos casos, como as ocupações de terra, por exemplo, a participação da mulher ocorria, mas raramente exercia liderança.

A força de trabalho familiar era, então, a condição fundamental da produção camponesa na realidade em questão, sendo ela mesma (sua extensão e seu limite) a responsável pela existência de outras relações de produção na unidade camponesa, ou seja, o trabalho acessório e o trabalho assalariado.

Antes, porém, de apelar para tais expedientes, a família buscava a complementação de sua capacida-

de de trabalho na ajuda mútua entre vizinhos, sendo essa uma das formas privilegiadas de exercício de solidariedade entre as famílias e de fortalecimento dos laços de sociabilidade.

A disponibilidade de mão-de-obra na família estava muito ligada ao ciclo de vida da mesma. Assim, quando os filhos ainda eram pequenos, havia escassez de força de trabalho. Quando todos já estavam crescidos e ainda não haviam casado, tinha abundância, e assim por diante.

Um aspecto destacado por Chayanov (1985) e que parece válido para a realidade em estudo, é que a força de trabalho familiar, freqüentemente abundante, era utilizada de forma intensiva na produção, para compensar a carência de capital para investimento produtivo. Isso leva a concluir que a carência de capital não era um determinante aritmético inexorável do volume da atividade e que as mercadorias camponesas possuíam uma composição baixa de capital.

A disponibilidade de força de trabalho na família freqüentemente condicionava a própria possibilidade de incorporação de recursos tecnológicos que aumentassem a sua produtividade. Se era impossível aumentar a terra disponível para o cultivo, havendo mão-de-obra abundante, a incorporação de recursos tecnológicos que aumentassem a produtividade do trabalho não só não trazia nenhum ganho, como até podia causar prejuízos. Do que resulta que, o que muitas vezes era tido como uma atitude de resistência à mudança e à inovação, nada mais era que a percepção, pelo camponês, da inutilidade ou até da inviabilidade de certos investimentos em melhorias tecnológicas para a sua realidade, dentro da sua lógica de pensar a produção.

Com o início da modernização da agricultura, porém, para atingir os índices de produtividade e competitividade compatíveis com a nova realidade do mercado, passou a existir a necessidade de incorporação de recursos tecnológicos poupadores de mão-de-obra e, ao mesmo tempo, os ganhos por unidade produzida diminuíram. Tornou-se, então, difícil a reprodução das famílias camponesas (principalmente as mais numerosas) com o volume de produção conseguido na unidade produtiva. Isso gerou uma situação de excesso de mão-de-obra. No Oeste Catarinense, no momento em que a modernização agrícola ganhou mais intensidade (segunda metade da década de 70), a situação foi agravada pelo esgotamento da fronteira agrícola, que passou a dificultar a busca de novas áreas a serem incorporadas às unidades produtivas existentes, ou então para a instalação de novas unidades produtivas destinadas aos filhos adultos que iam se casando.

Nesse momento, as famílias camponesas passaram a se confrontar com a dificuldade de se reproduzir enquanto tal e se viram na iminência de encontrar uma saída que, em muitos casos, foi a busca do mercado de trabalho urbano e conseqüentemente o êxodo rural.

Com efeito, a modernização da agricultura, segundo vários estudos¹⁰, visava exatamente promover um deslocamento da população, liberando boa parte dessa mão-de-obra para o mercado de trabalho urbano. Ao reduzir as condições sociais médias de produção dos produtos agrícolas, forçou a incorporação de recursos tecnológicos que aumentaram a produtividade do trabalho (máquinas, insumos, sementes selecionadas, suínos de raças nobres, etc.) e que tolheram, em grande medida, a autonomia do trabalho camponês, uma vez que ele já não podia

seguir a sua forma tradicional de produzir, ao mesmo tempo que já não podia mais produzir sem incorporar os insumos, máquinas e sementes produzidos pela indústria. Isto provocou uma profunda desestabilização na produção agrícola, provocou a existência de excessos populacionais e deixou os filhos que cresciam sem alternativas de continuação no campo. Assim, muitos se viram compelidos a sair do campo para a cidade, buscando o mercado de trabalho urbano como alternativa, abandonando a condição camponesa¹¹.

Empobrecidos, com dificuldades para saldar seus compromissos junto ao setor bancário e com dificuldades crescentes para produzir suas condições de vida e, principalmente, de reproduzir novas unidades produtivas para os filhos, os camponeses passaram a conviver com a ameaça à sua condição camponesa. A forma de interpretá-la e de reagir a ela dependeu de sua cultura e de sua consciência afetiva e moral. Uma dessas formas de reagir foi a mobilização e a organização de movimentos sociais.

2.2. As práticas de ajuda mútua

Antes de recorrer ao trabalho assalariado, a força de trabalho necessária para mover a lavoura era complementada pelos braços dos camponeses vizinhos sob duas formas principais: o mutirão e a troca de dias.

Geralmente o mutirão ocorria em casos de situações excepcionais, doença ou outro acontecimento incomum, quando, então, os vizinhos se juntavam para ajudar a família atingida a executar tarefas que ela não poderia "dar conta" no momento.

A participação no mutirão era espontânea e a retribuição à ajuda era uma obrigação coletiva, quando a outra família estivesse necessitada.

Essa forma de ajuda podia parecer, inclusive, formalizada pela instituição religiosa ou nos estatutos da comunidade.

O mutirão podia ainda ser feito com a finalidade de executar rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola. Nesse caso, a família solicitava a ajuda dos vizinhos.

No Oeste Catarinense, segundo o que se constatou nos depoimentos colhidos, muitas famílias mantinham o hábito de realizar mutirão, ao qual chamavam de “puxeron”, para a realização de algumas tarefas, geralmente a preparação do solo para o plantio e a colheita. O depoimento a seguir resume bem o que era um dia de “puxeron”, bem como a relação entre a utilização do trabalho assalariado e as práticas de ajuda mútua.

[...] algumas vezes o pai contratava diaristas, né. Algumas vezes. Principalmente em duas épocas. Roçá capoeira, (empreitava uma roçada lá com o pessoal) e, algumas vezes, na colheita, quando apurava o serviço. Mas o restante do serviço era uma coisa muito bonita naquela época. A gente trocava muito dia com os vizinhos e fazia mutirão. Chamava de ‘puxeron’. É, as vezes fazia puxeron pra roçá capoeira e aí era bonito. O dono da terra lá que faziam o puxeron carneava um porco, fazia um churrasquinho pro pessoal de meio dia, comprava uma pinga [...] E assim você via na ladeira, 30, 40 pessoas roçando. De meio dia, depois, o pessoal almoçava. À tarde voltava e dava mais uma pegada até umas horas da tarde. Fazia assim um serviço que uma família só levaria meses pra fazê. E era muito bonito o pessoal se juntando, discu-

tindo e tal, né, contando piada, contando anedota e até falando da lavoura (Entrevistado D).

Esse parece ser um caso típico de preservação de uma forma do modelo original camponês na solução dos desafios colocados pela produção, uma vez que o tipo de produto cultivado no Oeste Catarinense, salvo em casos raros, parece não impor nenhuma tarefa com grande rapidez para execução (LAMARCHE, 1993). Através dessas práticas os camponeses reproduziam e reforçavam um modo peculiar de proceder, em que a solidariedade e os laços de sociabilidade eram privilegiados. Muito mais do que uma necessidade econômica, o “puxeron” era um exercício de solidariedade entre as famílias e uma forma de reforçar os laços de amizade e de compromisso com o bem-estar mútuo. Através dela também é que se dava a construção de muitos, ou até a maioria dos equipamentos coletivos nas comunidades (igrejas, salões, campos de futebol, etc.). Todos os depoimentos colhidos fazem referência a um ou outro caso de mutirão para a construção de tais equipamentos.

A existência dessa prática entre as famílias também facilitou a liberação de muitas lideranças para atuar nos movimentos sociais. Diante da necessidade de ter pessoas mais liberadas para atuar nos movimentos e diante da impossibilidade de pagamento de salário para tanto, a comunidade podia compensar o tempo perdido pelas lideranças, assumindo a realização de suas lavouras através de mutirões, como é o caso relatado por um dos líderes entrevistados:

No plantio saía muito disso, né (puxeron). Até, por exemplo, depois que eu comecei a representá a comunidade, eu tinha que trazê as propostas de volta, né.

Aí a comunidade assumia a minha lavoura, né. Então, qué dize [...] porque eu não recebia pelo movimento, né. Então até foi a Igreja que mais puxô isso, e a comunidade acabô assumindo a minha lavoura [...] (Entrevistado C).

Ou seja, ao que parece esta foi uma outra forma de viabilizar um empreendimento coletivo por parte da comunidade. Só que ao invés de ser uma construção de algum equipamento ou bem de uso coletivo, era a construção de um movimento que representava os interesses comuns.

A troca de dias era um tipo de ajuda que consistia em uma família recorrer à ajuda dos vizinhos para executar uma tarefa em que só a força de trabalho familiar não era suficiente. A retribuição se dava com a devolução em um tempo de trabalho equivalente, num momento em que a outra família estivesse necessitada. Podia ocorrer sempre que houvesse necessidade de um trabalho suplementar, normalmente em momentos críticos do processo de trabalho agrícola.

Essa prática, de acordo com os depoimentos colhidos, pareceu estar muito presente entre os camponeses do Oeste Catarinense.

Porque eu fui criado maiando feijão a cacete, a manguá, que chamava, né. Então nós trocava dias com os vizinhos. Quando o feijão dele tava seco, nós ia lá ajudá a batê o feijão. Quando o nosso tava seco, ele vinha ajudá nós a batê o feijão (Entrevistado B).

Só que nesse caso, ao contrário do “puxeron”, os dias trabalhados eram controlados para que a troca fosse equivalente. Isso, no entanto, não era considerado quando algum produto estivesse correndo algum risco de se perder, como se vê pelo depoimento:

Na hora do aperto, de alguma safra que tava em risco, ia todo mundo, e ninguém levava em conta o dia que trabalhô, né. Porque o dia que ele precisasse, o cara [...] não era um negócio controlado (Entrevistado B).

Essas práticas de ajuda mútua cobriam uma necessidade de força de trabalho que o camponês não podia suprir apenas com o trabalho familiar, nem com trabalho assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitiam pagar trabalhadores continuamente, bem como parece contribuir para reforçar os laços de sociabilidade e solidariedade entre as famílias.

Com a chegada das primeiras máquinas, as práticas de solidariedade ainda se mantinham, como no caso das primeiras trilhadeiras que, de acordo com um roteiro estabelecido, passavam de casa em casa trilhando os produtos de todas as famílias (especialmente o trigo). Nesse caso, ao receber a “visita” da trilhadeira, o camponês recebia a solidariedade dos vizinhos, principalmente se houvesse algum risco de perda dos produtos, devido à chuva.

No entanto, o aprofundamento do processo de modernização da agricultura, a introdução mais intensiva de máquinas no processo de produção (que aumentavam a produtividade do trabalho individual) e a necessidade cada vez maior de contato com o mercado, e da sempre maior de geração de excedentes, levou o camponês a fechar-se mais em torno dos seus interesses individuais, concentrando toda a sua energia na produção e na busca de acumulação. A solidariedade, muitas vezes, deu, então, lugar à concorrência.

[...] Começô a criá a mentalidade de que você tem que ter sobra. E aí a sobra, como é que tu vai fazê muita sobra se você gasta boa parte do teu tempo pros otros? E a solidariedade diminuiu [...] diminuiu. Você não tem nem tempo pra í no vizinho. Trabalha de noite [...]. O pessoal começô a trabalhá noite adentro [...]. (Entrevistado B).

Nesse momento, mesmo envolvido nesse processo, o camponês recorda com saudade do momento anterior, de maior tranqüilidade e sente a falta da época em que era possível ter tempo para o lazer e para a sociabilidade.

Tinha uma época que sábado, por exemplo, o pessoal tinha o costume de fazê o seguinte: de manhã fazê um pasto, fazê quirela, fazê serviço, pra domingo não precisá fazê. Até o meio dia fazia tudo. Sábado de tarde já era pra galera, né. Ia na vizinhança [...]. Era muito gostoso. Porque era uma visita. Mas hoje não tem mais tudo isso. E aí domingo já era livre. Mas acabô isso também, né. Começô a trabalhá até de sábado à noite, muitos trabalha no domingo, pra começá a tê sobra. E aí começô a tê aquela disputa. O vizinho conseguiu comprá alguma coisa, então eu também vou ter que comprá, né. Aí começô entrá a era do consumo (Entrevistado B).

Ao mesmo tempo em que se sentiam compelidos a entrar na nova lógica de produção e consumo, muitos camponeses desenvolveram um sentimento de perda e de questionamento da nova situação e perceberam que esta piorou sua vida.

Eu tenho [...] eu falo isso com toda a tranqüilidade que a qualidade de vida piorou muito, muito mesmo [...]. E mesmo a máquina que tu comprava, que podia facilitá o teu serviço, só que você acabava dobrando o

teu trabalho, triplicando, e aí você acabava trabalhando muito mais. Não tinha mais descanso [...] não tinha mais tempo pra í conversá com o vizinho, vê o que ele acha [...]. Você não conseguia descansá mais direito, o pessoal começava a ficá muito mais nervoso [...]. Começô muito nessa época, por causa da disputa de um querê mais [...]. Então aí acabô com a solidariedade (Entrevistado B).

Ou seja, a modernização agrícola destruiu as condições para a existência da solidariedade gratuita entre os camponeses e eles sentiram a perda, manifestada com um misto de nostalgia, de revolta e de resignação. A existência desse sentimento, de insatisfação e de perda, parece ter sido importante para a predisposição dos camponeses em alinhar-se a discursos críticos em relação à nova situação vivida, provocada pela modernização agrícola e, conseqüentemente, de reagir politicamente a ela. E nesse sentido, o ideal de vida comunitária, em que existia a entreatajuda, em que existia o tempo para a conversa com o vizinho, em que era possível sentir-se a segurança de, em caso de alguma desgraça, contar com a ajuda certa de todos os vizinhos, parece ter sido um ponto de grande importância. No processo de elaboração da experiência da crise da economia camponesa e de avaliação dos discursos críticos veiculados, este foi sem dúvida um elemento presente.

Percebe-se, contudo, que os depoimentos, ao apontarem uma leitura profundamente negativa da modernização da agricultura, em relação às práticas de ajuda mútua, não sinalizam qualquer movimento de reelaboração das práticas em questão frente a um contexto histórico em que a recriação do passado, pura e simples, não poderá ser feita. Restringem-se a uma

relação saudosa com as práticas hoje superadas, sem incorporar os novos elementos presentes, em vista de sua reelaboração.

2.3. O trabalho acessório do camponês

Em tempos normais, durante a fase de pleno desenvolvimento da economia camponesa tradicional, o recurso ao trabalho acessório funcionava como um mecanismo auxiliar no estabelecimento do equilíbrio da disponibilidade de força de trabalho entre as diversas famílias, vivendo diferentes ciclos de existência. Quando em algumas havia escassez, nas outras pode estar havendo excesso. Também funcionava como uma fonte de renda suplementar.

Santos (1978) coloca que a liberação para trabalho complementar ocorria por uma combinação entre disponibilidade de força de trabalho na unidade familiar e a intensidade do trabalho no estágio do ciclo agrícola, sendo que o período em que se dedicavam às atividades acessórias normalmente coincidia com a presença de maior número de pessoas na família camponesa.

Podia acontecer também de o trabalho acessório ocorrer sob a forma de construção de casas, galpões, taipas, ou mesmo na colheita de produtos, etc.

No caso do Oeste Catarinense, a análise deste elemento precisa ainda tomar em consideração o fator disponibilidade de terra. Nesse sentido, embora fosse necessário um estudo mais aprofundado sobre a questão, pode-se perceber dois momentos no que se refere à busca de trabalho acessório pelos camponeses. Um primeiro momento que vai, aproximadamente, até meados dos anos 70, onde a relativa abun-

dância de terras, bem como as características dos produtos cultivados, limitava a possibilidade de liberação dos camponeses para o trabalho acessório. Essa prática, então, embora existente, era pouco frequente nas famílias de camponeses de origem. As necessidades de trabalho suplementar, que não podiam ser supridas com as práticas de ajuda mútua, eram cobertas pela existência de diversas famílias com pouca ou nenhuma terra, remanescentes de caboclos, antigos habitantes da região, e que escaparam aos despejos promovidos pelas colonizadoras, ou mesmo que vieram para a região posteriormente. Morando como agregados na terra de algum camponês, ou mesmo em pequenos lotes próprios, eram praticamente assalariados rurais ou “peões”, como os camponeses costumavam chamá-los, embora sempre mantivessem uma pequena lavoura de subsistência. O depoimento a seguir ilustra bem o lugar dessas famílias no contexto da economia camponesa tradicional.

Eles praticamente trabalhavam de peões, faziam empreitadas, faziam cestos e trabalhavam por dia [...]. Eram tudo sem terras e agregados e [...] gente boa, mas que não tinha terra. Tavam ali pra trabalhá, pra servi [...] (Entrevistado E).

Observe-se que, nas representações dos camponeses *de origem*, esses *caboclos* eram situados numa posição subalterna, vista como uma condição, de certa forma, natural para essa população.

O segundo período é o que vai de meados dos anos 70 em diante, quando se inicia a decadência da produção camponesa tradicional na região, em vista da modernização da agricultura. O agravamento da situação

financeira dos camponeses passou a limitar ainda mais a possibilidade de pagamento de trabalhadores assalariados. No entanto, a dificuldade sempre maior de ampliar a área de terra disponível, devido ao fechamento da fronteira agrícola, levou, freqüentemente, a uma abundância de mão-de-obra em muitas unidades camponesas, liberando parte dela para o trabalho suplementar, que passou a ser buscado como forma de complementar os rendimentos monetários. Com a limitação do seu mercado de trabalho e sofrendo a concorrência dos próprios camponeses, as famílias com pouca ou nenhuma terra foram forçadas a buscar outras alternativas de trabalho. Provavelmente muitas tenham se deslocado para a cidade, onde o mercado de trabalho ampliou-se com a industrialização. Os depoimentos colhidos reforçam essa hipótese, como se vê no relato a seguir:

[...] já no final dos anos 70 e na década de 80, já houve uma diminuição bem grande, muito grande do número de caboclos que prestava esse serviço. De um lado, eu acho que a mecanização da agricultura, o trator, a colheitadeira, essas coisas todas né, ele foi tomando o lugar desse pessoal que trabalhava de diarista, de empreitada e tal. Por outro lado o [...] o próprio caboclo não conseguiu mais se mantê naquela situação na roça e começô procurá outros [...] outros lugar. [...] Eu tenho visto muitos desses caboclos, mas muitos mesmo, nas periferia da cidade. Aqui em Chapecó, gente que se criô com nós, que trabalhô com nós, de peão, digamos assim, fazendo alguma empreitada, alguma roçada, hoje mora aqui em Chapecó. Mas [...] já visitei alguns [...] e [...] tão morando nos piores lugares, nas favelas, nos lugares mais difíceis que tem, fazendo algum biscate [...] (Entrevistado D).

Essa constatação parece confirmar a hipótese de que as famílias remanescentes de caboclos, com pouca ou nenhuma terra, foram as primeiras a sentir, com mais intensidade, os efeitos da modernização agrícola, a ponto de serem forçadas a se deslocar, em busca de outras alternativas de trabalho. No entanto, isto também parece esclarecer as razões para o grande número de caboclos presentes nas ocupações de terra, tanto em 1980, na Fazenda Burro Branco, quanto na grande ocupação de 1985.

Em termos do impacto dessa situação na mobilização dos camponeses para a participação nos movimentos sociais em questão, é de se supor que os camponeses *de origem*, ao se depararem com a ameaça de perda da terra, ou mesmo com a impossibilidade de constituir uma nova unidade produtiva ao se casar, pela impossibilidade de adquirir um pedaço de terra, passaram a temer que o seu destino poderia vir a ser semelhante ao dos caboclos e sem-terras, tanto na condição de agregados e diaristas no campo, quanto de moradores de favelas na cidade. Veja-se, por exemplo, o depoimento de um dos fundadores do MST na região:

O desespero era grande, né. Porque inclusive o pessoal que desistiu depois [...] que não foram em 85¹², hoje eles estão aonde? Eles foram pra cidade, né. Quer dizer, acharam como alternativa ir pra cidade. Agora [...] a grande preocupação do pessoal era que na cidade nós não temo profissão, né. O que que nós vamo fazê lá na cidade? [...] Nós vano lá na cidade, nós não temo estudo, não temo profissão nenhuma, o que que nós vamo fazê? Nós vamo sê mão-de-obra barata, né. E [...] pegá no pesado direto, né. Qué dizê, esse pessoal que foi, com espírito de agricultor mesmo, né, foi justamente porque o que sabia fazê mesmo era tra-

balhá na agricultura. Saiu dali, já não sabe fazê mais nada, né. *Então isso que mais feiz com que o pessoal fosse atrais de terra mesmo.* Era a única alternativa que tinha no momento. Os que se arriscavam saí pra cidade, iam pra cidade. Agora aqueles boletins, aquele material que a Igreja trabalhava nos grupos de reflexão, trabalhava muito bem essa parte, né [...] do pessoal que saiu da agricultura que vai pra cidade, o que que acontece? Acaba gastando aquilo que tem, não consegue uma profissão, não consegue o emprego e aí acaba indo pra favela, pra beira do asfalto, debaixo das ponte [...] (Entrevistado F).

A ameaça de vir a *cair na mesma situação dos caboclos*, de *cair na miséria*, teve, então, pelo que se pode perceber, um efeito mobilizador significativo. Nesse ponto entende-se que há relação entre a ameaça da miséria, a cultura, os valores e a consciência afetiva e moral e a abertura para o questionamento da situação vigente (THOMPSON, 1981). Como será visto adiante, a miséria só era admitida entre os que não trabalham, os indolentes, os vagabundos, os que não pensam no dia de amanhã. Mas não entre pessoas sérias, dedicadas ao trabalho, que economizavam, que não tinham vícios, etc. Quando, porém, o trabalho árduo, ininterrupto e a poupança deixam de ser uma garantia de estabilidade e de progresso, abre-se a possibilidade de questionamento da situação social vigente.

Um último aspecto a se comentar nesse item é o que coloca Chayanov (1985), de que quando numa unidade camponesa houvesse excesso de mão-de-obra, aumentava o volume de atividades artesanais e comerciais. Para a região Oeste de Santa Catarina, no entanto, era relativamente pequena a possibilidade de exercício de atividades artesanais e comerciais, devido à falta de mercado e talvez até pela falta

de hábito dos camponeses. Quando se registrou o excesso de mão-de-obra, intensificou-se o seu emprego no cultivo da mesma área e buscou-se o trabalho complementar por jornada em outras propriedades. A prática do artesanato se voltava mais à elaboração de produtos para a subsistência, como doces, conservas, etc., e para a fabricação de instrumentos de trabalho, como cestos, cabos para ferramentas, etc., mas não destinados à comercialização.

Nos últimos anos, devido ao aprofundamento da crise, pode-se observar também, com bastante frequência, a existência de famílias que enviam um ou mais filhos já crescidos para trabalhar na cidade. Esta situação atingiu mesmo alguns entrevistados. É preciso registrar, porém, que essa situação não significa apenas a busca de uma renda complementar, mas sim uma forma de encaminhar, desde cedo, alguns filhos para o mercado de trabalho urbano, com algum investimento na sua preparação (escola, cursos profissionalizantes, aprendizado prático de um ofício, etc.).

2.4. A propriedade da terra

A terra é o meio de produção fundamental para o camponês. A forma de acesso a terra pela via da apropriação privada, é talvez um dos principais elementos de diferenciação da realidade dos camponeses do Sul, na origem, em relação à realidade do restante do país, o qual, por sua vez, traz uma série de consequências. Sua aquisição significava o investimento de uma soma de dinheiro e isso, de um lado, limitava a possibilidade de ampliação da área disponível e, de outro, era a fonte de autonomia do camponês, uma

vez que, sendo proprietário, possuía sobre a área um direito formalmente reconhecido e inalienável, a não ser por vontade própria.

A herança era também uma forma importante de acesso à propriedade de terra. Entre os camponeses do Oeste Catarinense, antes da crise da produção camponesa tradicional, era um costume da família camponesa adquirir uma parcela de terra para cada filho para que, ao se casar, ele pudesse constituir sua própria unidade produtiva. A aquisição dessas parcelas era fruto do trabalho coletivo da família camponesa e possuía um alto significado no imaginário camponês. Era mesmo uma questão de honra a aquisição da terra para os filhos¹³. “Essa era uma questão de honra. Pra eles era uma vergonha uma família não conseguiu garanti um pedaço de terra pra cada filho, né” (Entrevistado B).

No entanto, a crise, junto com a escassez de terra, pelo fechamento da fronteira agrícola, gerou uma disparidade entre o potencial produtivo e o preço da terra, levando à dificuldade ou até à impossibilidade de aquisição de terras para ampliação da propriedade, de modo a garantir a constituição de novas unidades produtivas para os filhos que se casavam.

É preciso considerar que, para os camponeses do Oeste Catarinense, a aquisição e/ou preservação de uma parcela de terra possuía um significado muito especial, ligado à preservação de um modo de vida específico. Ter acesso à propriedade privada de um pedaço de terra, no imaginário camponês, parecia não estar ligado ao interesse pela acumulação de um certo capital, mas sim à possibilidade de preservação da autonomia que a condição camponesa lhe conferia, isto é, estabilidade do grupo de vizinhança, do usufruto

do investimento feito na propriedade e à preservação do modo de vida camponês. O que buscavam era reproduzir-se como pequenos produtores familiares autônomos e não a acumulação de capital. Sua racionalidade parecia ser mais social que calculista. Mais do que tudo, a sua luta por preservar a propriedade da terra era uma luta por preservar o seu modo de vida. O que desejavam da propriedade era a produção das condições de sobrevivência e reprodução da família e não a renda da terra, o lucro ou a acumulação de capital, como se viu na discussão do conceito de camponês.

A propriedade da terra representava, então, uma condição importante, senão indispensável, para a constituição de uma nova unidade produtiva, através da qual a reprodução da família e da condição camponesa se viabilizava. Ser proprietário, segundo Zimmermann (s.d.), era a condição básica para a concretização do sonho de "ser colono", ou seja, era a condição que viabilizava o ideal de tornar-se um produtor autônomo, nos moldes do ideal presente em seu imaginário. Além de ser camponês, então, desejava ser camponês proprietário, uma vez que a propriedade da terra lhe dava a garantia de autonomia. E mais, além da condição de proprietário, esses camponeses pareciam atribuir muito valor à condição de proprietário de *sua terra*. Ou seja, uma vez estabelecido num pedaço de terra no qual estruturava, a seu modo, uma nova unidade camponesa de produção, na qual cada planta, cada construção, cada pedaço tinha um significado próprio, e a partir da qual estabelecia relações com seu grupo de vizinhos, relativamente fixo, e participava de uma comunidade onde era reconhecido e valorizado como pessoa, única e

“pessoal” (o contrário de impessoal), o camponês resistia à idéia de abandoná-la, vendê-la ou trocá-la por outra propriedade qualquer.

Pôde-se perceber em muitos depoimentos essa perspectiva ou desejo de fixação a *um* local, que fosse, de certo modo, definitivo, pelo menos para aquela geração. Um alto valor parece ser atribuído aos anos de esforço e investimento na constituição da unidade produtiva e a idéia de mudança de lugar vem acompanhada da idéia de perda, de prejuízo. O depoimento a seguir ilustra bem essas afirmações:

- [...] depois que eu casei, no ano 70, daí nós decidimo comprá um pedaço de terra suficiente pra conseguí sobrevivê ali, criá uma família [...]. E foi aqui no Itá onde achamo um pedaço de terra, num lugar bom, uma terra boa e onde nós pensemo de chegá ali, fazê a nossa vida, vim ali morá e ficá [...] passá até [...]. Nunca pensemo em vendê, saí. Achamo esse lugar ali e pensamo em construí a nossa família e passá o resto da vida na comunidade de Linha Alvorada, que fica na costa do Rio Jacutinga, um pouco antes da barra onde o Jacutinga chega no Uruguai.

- O que representava essa terra pra vocês?

- Olha, representava tudo porque [...] imagine, você nasceu na roça, não teve estudo e aí tu tem aquele amor na terra, e aí a gente tendo uma propriedade, ali tu planta um pé de arvoredo, tu [...] tu prepara a terra, ‘aqui vou fazê isso, aqui vou fazê aquilo [...]’, tu prepara tudo como tu achava que [...]. A gente já, quando vai planta um pé de laranja, qualquer coisa, tu já vê ele grande, produzindo [...] tu vai fazê um chiqueiro, tu já vê ele com os porco dentro [...] (Entrevistado E).

Destaque-se, em primeiro lugar, que ao manifestar o desejo de comprar [...] “um pedaço de terra suficiente prá conseguir sobreviver [...]”, deixa claro que a

intenção não é a acumulação de capital, mas a busca de sobrevivência. Diante da perspectiva de ter que se mudar de lugar, o mesmo camponês revela o grande valor atribuído à sua propriedade, ao seu modo de fazer e de encaminhar as suas coisas, à sua comunidade e ao seu grupo de vizinhos. Nesse sentido, o MAB foi uma oportunidade ímpar de perceber tal valorização, uma vez que os camponeses proprietários, que já tinham, portanto, realizado o sonho de instalar-se num lugar seu e "definitivo", viram-se de súbito diante da ameaça iminente de perder tal condição e aí manifestaram os sentimentos cultivados para com a *sua propriedade* e com a *sua terra*. Também pode-se perceber o valor atribuído à sua comunidade e ao seu grupo de vizinhos, com o qual travou anos de convivência e ao qual se encontra vinculado através de laços de parentesco, de compadrio, e através de práticas de ajuda mútua.

Agora, a partir do momento que veio a notícia da barragem, tu não vê mais nada [...] aí tu vê um pé de laranja ali, com as fruta, já tu vai pensá: isso aí vai servi prá quê? Que que eu vô fazê com isso se eu não vô podê usufruí? Aí tu não planta mais um pé de árvore, não planta mais nada. [...] Aí tu sabe que tu vai num lugar que tu tem que chegá numa comunidade onde tu não conhece ninguém, fazê amigos [...] tu tem que mudá de sistema, porque cada comunidade tem um jeito de vivê. E se tu chegá lá, tu tem que entrá no sistema deles prá se dá bem [...]. Tu chega na outra propriedade, a propriedade é diferente. Até que tu vai prepará ela da maneira que tu qué [...]. Tu compra uma propriedade feita, não é uma propriedade que tu feiz [...]. Tu chega ali, tu tem que começa a plantá o arvoredo, aquilo que tu gosta, aquilo que tu gostaria de ter [...]. E além disso, os próprios vizinhos se extraviam. Lá na minha comunidade saiu mais ou menos uns 20 [...] 18 ou 20. Tá tudo extraviado (Entrevistado E)¹⁴.

A propriedade da terra possibilitou o desenvolvimento dessa perspectiva de fixação a um local, preparado e construído a seu modo, bem como a vinculação a um grupo social com o qual mantinha relações estreitas de sociabilidade¹⁵. A propriedade, então, não foi apenas um modo de acesso a um pedaço de terra. Ela permitiu o desenvolvimento de um dado padrão cultural e um certo modo de vida.

Talvez por estas razões a terra tenha se convertido num dos elementos fundamentais da construção da identidade dos vários movimentos sociais que se está estudando e numa bandeira com grande poder de mobilização.

A propriedade privada da terra foi então um dos elementos constitutivos do modo de vida desses camponeses, a partir da qual muitas características foram desenvolvidas. Durante todo o período de constituição dos núcleos do Oeste Catarinense, a propriedade de uma parcela de terra suficiente para a constituição e sustento de uma família foi um dos mais altos sonhos desses camponeses. A condição indispensável ao sonho de "ser colono". Por isso tornou-se um elemento tão central em suas vidas e um elemento-chave para o processo de mobilização.

2.5. A propriedade dos meios de produção

Além da terra, os camponeses eram proprietários dos meios de produção. Boa parte deles tinha a forma de mercadoria, tanto as matérias-primas intermediárias (fertilizantes, defensivos, etc.) como meios de trabalho (arado, enxada, motores estacionários, carroça, etc.). Isso mostra como o camponês, mesmo não sendo especificamente capitalista, estava integrado ao

mercado capitalista (em muitos aspectos). Isto era tão mais verdadeiro quanto maior era a presença da indústria no controle da produção das mercadorias camponesas. E quanto maior essa participação da indústria, menor a autonomia e o controle dos camponeses sobre o seu processo de trabalho.

A disponibilidade dessas condições básicas de vida parece ter sido um fator importante para a viabilização das ações dos movimentos (ocupações, resistência nos acampamentos, concentrações em lugares estratégicos, etc.), nos momentos iniciais da organização. Ocorre que nesse período os movimentos em questão ainda não possuíam grandes recursos de infra-estrutura e as articulações com outras forças de âmbito social ainda eram mais restritas. Boa parte dos recursos necessários à realização das ações e, sobretudo, os recursos necessários à resistência por períodos prolongados nas ocupações, provinham das reservas dos próprios camponeses, viabilizadas pela sua condição de proprietários dos meios de produção.

Retoma-se aqui, no entanto, a idéia de que, quanto maior a participação da indústria na produção camponesa, menor a autonomia dos seus produtores. E aqui faz-se necessário situar esse aspecto da produção camponesa no processo de modernização da agricultura.

No Oeste Catarinense, de acordo com os dados obtidos na pesquisa, a participação de produtos industrializados no processo de produção camponesa cresceu gradativamente com o passar dos tempos, até a indústria atingir, para certos produtos, o controle praticamente total da produção agropecuária, como no caso da produção integrada¹⁶.

Na fase inicial da colonização, num período que se caracterizou pela dificuldade de contato com o

mercado (situação essa a que fazem referência todos os camponeses entrevistados) a participação de insumos industrializados na produção agrícola era muito pequena ou quase nula. Até o final dos anos 60 e/ou início da década de 70 (começo da modernização) ou mesmo até a segunda metade da década de 70 (início da crise da economia camponesa tradicional), a ligação com o mercado para aquisição de meios de produção industrializados efetivamente existia, mas em grau menor de intensidade, principalmente pela rusticidade dos produtos produzidos, pela tecnologia absolutamente elementar empregada.

Havia também uma série de meios de produção que eram produzidos pelos próprios camponeses, e que, portanto, não assumiam a forma de mercadorias (cestos, estacas, cabos para ferramentas, adubo orgânico, etc.). Esses normalmente eram fabricados em períodos de entressafra. Quanto maior a participação desses meios na produção, menor a dependência do camponês em relação ao mercado.

Com a modernização da agricultura, no entanto, cresceu relativamente essa necessidade de contato com o mercado e, num dado momento, os camponeses da região passaram a ser estimulados a recorrer a empréstimos bancários para renovar e modernizar seus meios de produção e até, posteriormente, repor a cada ano certos meios de produção como sementes e insumos. Isto, porém, só ocorreu após 1970, quando o capital industrial passou a interferir mais diretamente na produção camponesa da região, através de estratégias renovadas. Antes desse período, sequer existiam linhas de crédito abertas aos camponeses, ao mesmo tempo em que as necessidades de aquisição de meios de trabalho no mercado eram bastante reduzidas.

Belatto (1985), coloca que a abertura de linhas de financiamento para a pequena produção agrícola, inclusive, em muitos casos, com juros subsidiados, foi uma das estratégias utilizadas pelo capital para forçar a introdução de mudanças no processo produtivo camponês. Todos os depoimentos de camponeses, coletados durante a presente pesquisa, que fazem referência a essa questão, dão conta desse período inicial em que os juros dos financiamentos eram baixos e estimulantes para investimentos em melhorias no processo produtivo, como a aquisição de máquinas. Mas, passados os primeiros anos, o aumento dos juros e a introdução da correção monetária trouxeram grandes dificuldades aos camponeses no sentido de saldar seus compromissos com os bancos. Sem dúvida, pelos depoimentos coletados, os juros dos empréstimos bancários foram considerados um dos principais, senão o principal, deflagrador da crise da economia camponesa tradicional e talvez a principal causa da venda forçada da terra. Ou seja, a elevação do padrão tecnológico da produção forçou o camponês a recorrer aos financiamentos bancários para repor e/ou modernizar seus meios de produção. O alto custo do dinheiro emprestado, junto com a dificuldade de elevar a produtividade do seu trabalho, expôs o camponês ao risco de não conseguir saldar seus compromissos e de perder a sua terra. Vários camponeses entrevistados e, inclusive, uma agente religiosa, relataram esta experiência de perda, ou risco de perda da terra pela sua família, por dificuldade de saldar os financiamentos junto aos bancos.

Tal ameaça (de perda da terra) podia desencadear neles uma reação de temor quanto ao seu futuro, ao mesmo tempo que podia levá-los a questionar

os padrões sociais de organização da produção, uma vez que o risco iminente de *cair na miséria*, de tornar-se igual “aos outros” (os caboclos, os vagabundos, os que não têm terra) não estava associado a nenhum dos motivos aceitos em seus padrões culturais, ou seja, uma doença, desgraça ou vadiagem. Ao contrário, passaram a perceber que mesmo sendo pessoas “sérias”, trabalhadoras, que não desperdiçavam tempo, que não gastavam excessivamente, que procuravam economizar, passaram a correr riscos de não conseguir saldar seus compromissos, de perder sua terra e cair na miséria, ou pelo menos, como em muitos casos, de não conseguir terra para seus filhos montarem a sua própria unidade produtiva ao se casarem. Muitos jovens também passaram a viver essa situação de insegurança em relação ao futuro, por não verem perspectiva de conseguir seu próprio espaço e de não poderem conseguir os elementos fundamentais para a sua autonomia: a terra e os meios de produção.

3. Elementos do imaginário e da cultura camponesa

3.1. A ética do trabalho

Redfield, citado por Queiroz (1976), considera que o camponês se caracteriza por suas atitudes práticas e utilitárias em relação à natureza. Apresenta uma valorização tão positiva do seu trabalho, que o define como essencial não apenas do ponto de vista material, mas também como cumprimento de uma ordem divina. Junto com essa valorização do trabalho, sua noção de justiça social leva à formação de uma noção

ética de que quem trabalha enriquece, ou pelo menos consegue boas condições de vida.

Essa valorização tão positiva do trabalho parece não ser registrada entre os caboclos, ao passo que estava profundamente presente entre os camponeses *de origem*. Renk (1990) observou a presença dessa valorização do trabalho entre os camponeses *de origem* do Oeste Catarinense, sendo esta, inclusive, uma das matrizes da ideologia étnica que os contrapõe a outros grupos (caboclos). Estes camponeses, em geral, apresentavam uma verdadeira compulsão pelo trabalho, que devia ser contínuo, metódico e organizado, sendo este apresentado como o segredo da fortuna, a causa do progresso e da ascensão, e esta um motivo de honra, admiração e respeito, “[...] porque o trabalho só é compreensível na lógica do sacrifício e da recompensa”. Um ditado popular parece ilustrar essa forma de representar o trabalho por essa população: “[...] o suor não é santo, mas onde cai faz milagres” (RENK, 1990, p. 125-126).

A essa concepção de trabalho correspondia também uma concepção e uma atitude frente ao tempo. A compulsão pelo trabalho era acompanhada pela de “não perder tempo”. Este era sempre pensado na lógica do ganho ou da perda, e se constituía num dos elementos estruturadores da organização interna dos grupos e da distribuição das tarefas. Assim é que eram definidas tarefas típicas de dias chuvosos (fabricação de cestos, cabos e outros utensílios) e tarefas a serem realizadas à noite (tarefas de casa ou nos galpões, porões, etc.), de modo a *não roubar tempo de lavoura*. *Nesta mesma ótica, as atividades comunitárias (construção de capelas, escolas etc.) ocorriam nos períodos de entressafra, quando da “folga da lavoura”*. Até mesmo os *filós* ou *serões*, eram

utilizados para a realização de tarefas como debulhar o milho, confecção de crochês e tricôs pelas mulheres, etc (RENK, 1990).

Esses elementos, segundo a autora, definiam padrões comportamentais que convergiam para um estilo de vida baseado na exaltação do trabalho, na poupança, na frugalidade do consumo, na precaução, na constituição de reservas para o futuro, na honradez, etc. A imagem do pioneiro estava sempre ligada à idéia de trabalho e sacrifício.

Do mesmo modo que o progresso, a ascensão ou o "fazer-se" estavam ligados à idéia de trabalho e de poupança, *a pobreza aparecia relacionada à idéia de indolência e de não aproveitamento correto do tempo, à ausência do espírito de poupança e de preocupação com o futuro, ao pensar só no hoje. Afora isto, parecia haver só uma justificativa para a pobreza: o infortúnio* (doença ou alguma outra desgraça). Portanto, dentro da ideologia étnica, a atitude displicente em relação ao trabalho e ao futuro significava a exclusão do grupo e a transformação no "outro", normalmente identificado com o caboclo.

Mesmo os camponeses que não tinham terra, ao serem abordados sobre a necessidade de organização e de luta pela terra, podiam apresentar uma reação que espelhava os valores da ética do trabalho e da propriedade, conforme diz a testemunha, durante a organização da CPT e do MST no município de Saudades (SC).

[...] Pô, tu ia conversá com um sem terra, um arrendatário, ele dava quase um corridão, né. Ele dizia: 'Não' E quero ganhar meu dinheirinho trabalhando. O que resolve as coisas é trabalhar. E se eu não ganhar minha terrinha trabalhando, é porque não mereço (Entrevistado B).

Percebe-se assim que a consciência afetiva e moral desses camponeses comportava uma ética do trabalho que influenciava profundamente sua atitude frente à natureza, à sociedade e ao trabalho, como também à organização interna da unidade produtiva e do grupo familiar e à própria organização do espaço doméstico e produtivo. A lavoura bem cultivada, o pomar e a horta organizada eram elementos de distinção e afirmação.

Mesmo nas ocupações de terra, buscavam afirmar a imagem de que eram trabalhadores. Logo ao chegar no acampamento, iniciavam o trabalho para deixar claro que não eram vagabundos, e que a única coisa que queriam era trabalhar. O diálogo dos acampados com o comandante do exército, ao abordá-los na ocupação da fazenda Burro Branco, é ilustrativo nesse sentido.

Daí nós puxô documento. Tinha carteira do sindicato, identidade, CPF, talão de cheque [...] recibo de depósito que tinha dinheiro no banco. Aí a gente mostrô tudo prá eles. 'Oh, nós não semo fugitivo, nós semo trabalhador'. Só não temo onde trabalhá, por isso tamo aqui (Entrevistado A).

Essa ética do trabalho parecia interferir inclusive no relacionamento interpessoal dentro da comunidade, na definição do círculo de amizades, bem como na forma como essa população iria elaborar suas experiências. Os que possuíam uma outra postura frente à questão do trabalho eram discriminados e sobre eles pesava o preconceito de serem vagabundos, incapazes ou despreparados.

Para compreender essa forma de desenvolvimento cultural, é preciso tomar em consideração, por um lado, as expectativas da sociedade brasileira em relação a esses camponeses, a função que receberam ao

instalarem-se no novo país e, por outro, a forma como se deu a sua inserção na sociedade brasileira¹⁷.

Nesse sentido, é preciso observar que essa ética do trabalho foi muito cultivada entre os camponeses *de origem*, como um importante elemento de afirmação e diferenciação frente a outros grupos de distintas etnias (caboclos, negros, índios, etc.). Isso parece ter outra consequência importante para se compreender os desdobramentos da crise da economia camponesa tradicional, provocada pela modernização agrícola. Ocorre que, ao afirmar-se pelo trabalho intenso, árduo e ininterrupto, defendendo-o como fonte privilegiada de progresso e de produção das condições de vida, esses camponeses também desenvolveram uma expectativa de reciprocidade por parte da sociedade instituída, no sentido de que o indivíduo que trabalhasse desse modo deveria receber em troca o crescimento, o “se fazer”, ou pelo menos as condições necessárias para uma vida digna. A miséria podia ser admitida entre os caboclos e índios, porque esses “não trabalham”, ou trabalhavam aquém do necessário e de modo errado, além de levarem uma vida indolente, freqüentemente ligada a vícios. Mas essa miséria não seria admitida entre pessoas de bem, sérias, que trabalhavam de “sol a sol” e viviam sobriamente, a não ser por razão de uma desgraça ou doença. Quando, porém, esses mesmos camponeses passaram a perceber que, não obstante sua extrema dedicação ao trabalho, não conseguiam mais reproduzir-se como camponeses, através da aquisição de novas áreas para os filhos; ou sequer conseguiam manter a propriedade do antigo lote, tendo que vendê-lo para saldar dívidas; ou mesmo porque dela não conseguiam mais retirar as condições para um satisfatório nível de vida, muitos campone-

ses passaram a demonstrar disposição de alinhar-se a interpretações críticas sobre a legitimidade dessa organização social e a desenvolver um sentimento de uma verdadeira ira moral. Este sentimento, por sua vez, poderia levá-los a refletir sobre as injustiças e as contradições das atuais relações de produção, questioná-las e reagir frente a elas.

3.2. A concepção de família

Um outro elemento da cultura desses camponeses, que merece ser destacado, é a concepção de família.

Segundo Renk (1990), a família também parece ser um dos traços constitutivos e de afirmação da cultura e do modo de vida dos camponeses *de origem* do Oeste Catarinense frente aos outros grupos. Estava fundamentada no casamento monogâmico e indissolúvel, sendo praticamente inadmissível a separação em vida. Esse traço, inclusive, era apresentado em oposição àqueles que praticavam o casamento consuetudinário, com separações e novos ajuntamentos. A forma de instalação desses camponeses pelo processo de colonização parece ter favorecido essa constituição sólida do grupo familiar. Segundo a autora, essa "tradição familiar" em que a "virtude da indissolubilidade" do casamento era enaltecida, não podia ser dissociada da gestão e da transmissão econômica da exploração agrícola familiar, que pressupõe uma certa divisão sexual e geracional do trabalho. É no contexto das condições de vida e de trabalho, em que o trabalho feminino tinha um papel fundamental, que, ao que parece, se encontram as bases para o fortalecimento dos vínculos do grupo familiar.

Nesse sentido, a família passou a ser também um espaço privilegiado para a socialização de seus membros e para a internalização de valores, atitudes e condutas, entre estas as econômicas: “[...] assim sempre ‘foram ensinados e aprenderam’ a gastar o mínimo possível, a viver com parcimônia, a ter reservas para o futuro. ‘Pensar no dia de amanhã’” (RENK, 1990, p. 117).

Ditados populares como: *quem não trabalha não come ou o ganhar ensina a gastar*, coletados pela autora, parecem demonstrar bem os dois elementos tidos como fundamentais para o sucesso e o desenvolvimento econômico da família: trabalho árduo e moderação do consumo. Com tais valores, esses camponeses se afirmam frente aos “outros” (especialmente os caboclos) que “só pensam no hoje”.

O que se observou durante o processo de pesquisa é que, de fato, as relações do grupo familiar entre os camponeses *de origem* eram bastante sólidas e estruturadoras de seu modo de vida. Constatou-se, por exemplo, que, mesmo após o casamento e a constituição de uma nova família, os camponeses tendiam a manter contatos estreitos com o seu grupo familiar ampliado, tanto em termos de sociabilidade (visitas periódicas, correspondências, etc.) quanto em termos de entajuda em momentos de dificuldades. Os depoimentos colhidos dão conta da existência de contatos bastante freqüentes e próximos entre o grupo de parentesco.

Nesse ponto cabem pelo menos três considerações sobre a importância desse traço cultural para o processo de mobilização e organização.

Em primeiro lugar, a existência de um grupo familiar solidamente constituído favorecia em muito a

existência de redes sociais, o que, por sua vez, facilitava a difusão de informações e idéias, bem como podia favorecer a construção de consensos em torno de questões comuns (por exemplo, sobre o que fazer diante da perda da terra devido à construção de barragem).

Em segundo lugar, a própria colonização do Oeste Catarinense, a migração para as novas terras, normalmente foi um empreendimento familiar. Um camponês, mesmo depois de ter-se casado, não vinha só. Nos casos relatados pelos entrevistados, são comuns as situações em que praticamente famílias inteiras se deslocaram para uma mesma localidade, instalando-se um próximo ao outro, constituindo redes de mútua ajuda. Esse fato inclusive foi o responsável pela existência de muitas linhas ou comunidades com o nome de famílias como Linha Tormen, Colônia Cella, etc. Em certos casos, alguns membros da família ficavam com as terras da família no Rio Grande do Sul e auxiliavam a instalação dos demais membros nas novas terras. Ou seja, parece ter sido mais freqüente a busca de soluções para o conjunto da família do que a busca de soluções individuais e isso parece ter sido favorecido pela solidez das relações do grupo familiar. O que importa aqui é atentar para o fato de que, diante dos novos desafios colocados pela crise da economia camponesa tradicional, as famílias tendiam (embora isso não ocorresse em 100% dos casos), a atuar em conjunto.

A terceira consideração diz respeito exatamente ao papel estratégico desempenhado pela família na participação das lideranças entrevistadas nos movimentos sociais. A sua participação nas atividades do movimento era facilitada devido ao fato de que os

demais membros da família assumiam suas tarefas na produção, viabilizando ausências mais prolongadas. Um exemplo disso é o depoimento que segue:

[...] nessa parte eu agradeço a minha companheira [...] eu tenho a liberdade de [...] eu digo 'vou a tal lugar', só que eu sempre digo tal dia eu tou ali. E se eu não vier no dia marcado, ela pega recado com alguém porque que eu não vim. Eu nunca deixei ela preocupada.

- E os negócios da casa, é ela que toca?

- Ela que toca. Roça é tudo com ela. Ela, não hoje, desde o tempo da Burro Branco, ela sempre coordenou toda a lavoura, os porco, as galinha, vaca e [...] tudo o que lá é ela que cuida [...] (Entrevistado A).

A capacidade de resistência nas ocupações foi, em grande parte, garantida pelo apoio das famílias dos acampados, tanto através do envio de roupas, alimentos e outras necessidades, quanto pelo cuidado com animais e outros pertences que não podiam ser levados para os acampamentos.

3.3. Religiosidade e tradição associativa

Um outro elemento de grande importância e que não pode ser esquecido para a compreensão desses camponeses do ponto de vista da sua cultura, é a questão religiosa. Para compreendê-la, no entanto, parece oportuno reportar-se ao princípio do processo de colonização, através da chegada dos imigrantes ao Rio Grande do Sul e ao papel da religião na reconstituição do modelo cultural e na agregação da identidade étnica do grupo no novo ambiente. A forma como se deu a reconstituição da (acentuada) tradição religiosa trazida pelos imigrantes e a função que exerceu na vida

e na cultura dessa população, precisa ser compreendida no contexto das necessidades cruciais de adaptação e sobrevivência dos imigrantes, nas precárias condições oferecidas, no momento inicial, pelo novo ambiente.

Como coloca Boni & Costa (1984, p. 110), sobre os primeiros anos de colonização:

Abandonados no meio da floresta, os imigrantes corriam um grande risco de acaboclamento que atingiu aliás, outros grupos, em outras regiões do Brasil. Neste momento, o fator que lhes permitiu a reconstrução do seu mundo cultural, devidamente adaptado, foi a religião.

O que se pode observar é que, na elaboração desta nova experiência de ter que sobreviver no meio da selva, em condições extremamente precárias e muito diferentes daquelas a que estavam habituados nos seus países de origem (no que se refere à moradia, à alimentação e aos instrumentos de trabalho, ao conhecimento do solo e do clima do novo país), havia um sério risco de que os imigrantes abandonassem o seu patrimônio cultural, adquirido em condições absolutamente diferentes, em favor do modo de vida da população nativa (caboclos), mais adequado à sobrevivência na selva. Nesse momento, pode-se perceber a influência da consciência afetiva e moral dessa população (THOMPSON, 1981). As suas sólidas convicções religiosas parecem ter sido o ponto de partida para a reconstrução, dentro das condições históricas da nova realidade, de seu modelo cultural e da agregação de sua identidade étnica.

Segundo o relato de Boni & Costa (1984), os imigrantes, recém-chegados, morando isolados em seus

lotes agrícolas (e não em vilas), ressentiam-se muito da solidão e da falta de práticas religiosas a que estavam habituados em seu país de origem. Para superar essas carências, buscaram a aproximação com seus vizinhos, aos domingos, dia em que o trabalho era proibido por uma determinação religiosa, para relembrar as coisas de sua terra e rezar.

Tomado pelo sentimento de solidão, o colono foi visitar seu vizinho, para juntos chorarem um mundo para sempre perdido. E como eram pessoas fortemente marcadas por uma tradição sacral, o consolo foi procurado na religião (BONI & COSTA, 1984, p. 111).

Dessa situação originou-se uma tradição de construção de capelas, onde as famílias se reuniam aos domingos para rezar, encontrar seus vizinhos, trocar experiências, resolver toda sorte de problemas comuns, praticar alguma forma de lazer e convivência. “Ao redor da capela começou a girar, de modo quase absoluto, a vida social dos imigrantes [...]” (BONI & COSTA, 1984). Ou seja, a capela não significou apenas o local de culto. Numa organização espontânea, ela se tornou o centro social da localidade, sendo definidora dos próprios limites de pertencimento a uma ou outra comunidade, substituindo as divisões propostas pela organização oficial (as linhas).

O salão de festas, construído próximo à capela, por conseqüência do crescimento da vida social em torno desta, constituiu-se num amplo espaço de reunião, com inúmeras mesas e cadeiras, uma grande copa para a venda de bebidas, doces, cigarros, ampla cozinha, churrasqueira, banheiros, etc. Nele, os camponeses passavam os domingos em rodas de conversa, jogos de cartas e outros jogos de mesa, jogo de bochas

e, principalmente, realizavam as festas de igreja (BONI & COSTA, 1984).

Os "fabriqueiros", como eram chamados os que faziam parte da direção da capela, eram escolhidos pelos sócios e gozavam de grande autoridade, cabendo-lhes não só a administração financeira da capela, mas também a gerência dos demais negócios do grupo como tal, exercendo, de fato, uma liderança inquestionável na vida da comunidade.

A função dos fabriqueiros, líderes das capelas, não ficava restrita à vida da igreja. Exerciam importantes tarefas sociais e comunitárias, numa verdadeira diaconia. Se, por exemplo, em alguma família adoecesse uma pessoa, com longa enfermidade, os fabriqueiros escalavam as pessoas que, principalmente durante a noite, deviam permanecer na casa do doente. [...] O mesmo era feito em relação ao trabalho. Os fabriqueiros convocavam todas as pessoas disponíveis da comunidade, e em poucos dias, era feito o plantio, ou a limpeza, ou a colheita da safra (FOCHESATO apud BONI & COSTA, 1984, p. 120).

O que se observa, a partir do relato dos autores, é que disso originou-se uma tradição associativa entre esses camponeses, que se estendeu pelas gerações posteriores e que marcou decisivamente a construção do espaço geográfico, em todos os locais por onde essa população e seus descendentes se deslocou. Foi essa tradição associativa que inspirou a organização das comunidades de camponeses no Oeste Catarinense, base para a organização dos movimentos sociais que surgiram na região no final dos anos 70 e início da década de 80. Através dela foi possível o exercício da reunião, da construção de coletivos, da definição de objetivos comuns ao grupo, de práticas organizativas

e, fundamentalmente, do exercício de liderança, que parece ter tido grande influência nos movimentos sociais em questão.

Isso pode ser percebido com bastante evidência ao se resgatar o processo de instalação dos camponeses *de origem* no Oeste Catarinense. Todos os líderes entrevistados são descendentes (filhos ou netos) de famílias de colonizadores que, em suas localidades, estiveram entre as primeiras famílias a chegar. Existe praticamente uma unanimidade nos relatos das enormes dificuldades enfrentadas nos primeiros anos da instalação na região. Estas estavam ligadas principalmente à precariedade das instalações, estradas e vias de acesso e à grande dificuldade de contato com o mercado, resultando numa situação de isolamento, bastante semelhante àquela enfrentada pelos primeiros imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul.

O que pôde ser percebido é que, junto com a construção da casa e outras instalações da unidade familiar, aparecia, desde os primeiros momentos, a preocupação com a existência de um local para as rezas dominicais, onde se reuniam todas as famílias instaladas na nova localidade.

Normalmente o primeiro local utilizado era a casa de uma das famílias, sendo que, normalmente, o proprietário exercia algum tipo de liderança junto aos demais.

- Então nos primeiros anos não havia, sabe, comunidade lá e capela¹⁸. Então era o padre de Xaxim, o vigário de Xaxim que ele ia lá rezá missa, ajuntava as famílias lá. Então eles iam rezá na própria casa dos meus pais, né. Então se reuniam lá, das veiz cada três meses, quatro meses [...].

- E nos domingos não tinha nenhum encontro?
- No domingo, então, eles se encontravam... naquela época eles rezavam, o terço, né.
- Na casa de vocês também?
- Na casa também. Daí começô a vim outras famílias, os irmãos do falecido pai e outras famílias e aí eles começaram a sentá e vê que era necessário ter um local, construí uma capela, ter uma padroeira, um padroeiro e tal, né, que eles pudessem se encontrá nos domingos. E aí começaram a vê o local. Então a minha família cederam a área prá construí. São dez mil metros, que ainda hoje é da comunidade, né. Então eles se juntaram, naquela época tinha bastante madeira, tudo mato, mandaram serrá. O coberto foi feito manual por eles mesmos, né. Eles começaram com sete famílias a comunidade. E conseguiram construí uma capelinha, né, aonde que eles daí começaram a discuti, então, vê entre eles qual seria a padroeira. E eles definiram que eles eram devotos de Nossa Senhora do Caravaggio [...] (Entrevistado G).

O local de encontro também podia ser uma instalação qualquer da unidade familiar (um galpão, por exemplo), improvisado, aos fins de semana, para tal. Porém, com o passar do tempo e com o aumento do número de famílias, passava-se, como se viu anteriormente, à construção de um local específico, normalmente construído em mutirão pelas famílias, como se vê também no relato a seguir:

Eles começaram com uma escola e depois logo ampliaram [...]. Construíram uma igrejinha, aonde o meu avô ajudô a lascá as tabuinhas, né, fazê as tabuinha prá cobertura da igreja. E fizeram em mutirão. Essa igreja o pai sempre conta que fizeram em mutirão. Todo mundo ajudô a construí essa igreja. E alguns agricultores que tinham experiência em construção de madeira, construíram [...] fizeram os bancos, de madeira mesmo, pro pessoal. Mas já tinha uma dire-

toria. Já montaram logo uma diretoria da igreja (Entrevistado D).

Todos os depoimentos colhidos dão conta da existência dessa tradição de organização, que nos primeiros momentos podia resumir-se a um local de encontro para a reza do terço, troca de informações e contato com as outras famílias e que, tão logo houvesse um número um pouco maior de famílias, estruturava-se uma comunidade. Esta passava a ter uma diretoria, e através da qual muitos serviços e equipamentos de interesse comum podiam ser garantidos:

Tinha escola, por exemplo, feita por eles mesmos, né. Os professor era da comunidade mesmo, era pago por eles mesmo [...]. Não existia, na época Estado vinculado, né. Tinha escola feita por eles, professor pago por eles [...]. Então até as estradas pros alunos i na aula, foi feito tudo por eles. Isso não tinha município, não tinha nada. Então isso aí tudo, a infra-estrutura [...]. E a igreja era o que chamava, era o ponto-chave (Entrevistado H).

Ou seja, na chegada ao Oeste Catarinense a tradição de organização comunitária, iniciada nos anos mais difíceis de instalação dos primeiros imigrantes no Rio Grande do Sul, motivada pelas dificuldades enfrentadas no novo ambiente e mediada pela fé religiosa, manteve-se e definiu a forma de organização dos camponeses no novo espaço e a maneira como iriam enfrentar as dificuldades colocadas por cada momento.

E, conforme foi crescendo o número de habitantes e a região foi se desenvolvendo, as comunidades foram se multiplicando. Em cada comunidade uma igreja, um salão comunitário, uma escola, um campo

de futebol, um cemitério, etc. Para cada um desses aspectos havia uma diretoria eleita pela comunidade, o que significou tanto um exercício de práticas elementares da democracia (o voto, a discussão, etc.), quanto um espaço para o exercício de liderança, de coordenação de grupos, de formação de coletivos, de organização a partir de objetivos comuns.

Parece interessante ressaltar que, com exceção de um entrevistado, cujo pai tinha limitações visuais e auditivas, todos os líderes entrevistados tinham em sua família pessoas que exerciam ou tinham exercido liderança na comunidade. E eles próprios, *todos eles*, antes de ingressarem nos movimentos, exerceram algum tipo de liderança na comunidade. A maior parte deles exerceram lideranças ligadas à questão religiosa, como ministros de eucaristia, representantes de pastoral (CPT, Pastoral da Saúde ou Pastoral da Juventude), coordenadores de grupos de reflexão, coordenadores de grupos de jovens, etc.

Outro aspecto que parece importante ressaltar é que praticamente 100% das famílias de camponeses estavam ligadas a essas comunidades. Como já foi colocado anteriormente, a comunidade era um local de freqüência quase obrigatória. A comunidade tornou-se, então, um importante elo entre as famílias (espaço comunicativo), através do qual as famílias se constituíam num coletivo que encaminhava os seus interesses comuns.

Ao resgatar o processo de construção dos movimentos sociais, pôde-se perceber a importância estratégica dessas comunidades no desencadeamento da mobilização e na organização dos movimentos.

Em primeiro lugar, as comunidades eram um espaço previamente organizado que serviu de base para

a estruturação dos processos desencadeadores da mobilização e organização, ligados principalmente à Igreja católica e, em alguns lugares, à Igreja luterana. Dentre esses processos estão, principalmente, a CPT, os grupos de reflexão, os cursos de formação de lideranças diversas, especialmente ministros de eucaristia e grupos de jovens.

As comunidades eram a base para toda a organização. Ao tomar a iniciativa de estruturar essas formas organizativas junto aos camponeses, os agentes religiosos dirigiam-se aos mesmos através das comunidades, valendo-se do fato de a Igreja estar presente, de forma organizada, em todas elas.

Levando-se em conta o fato de que a Igreja estava presente em todas as comunidades e que todas as famílias de camponeses estavam ligadas a uma comunidade, pode-se perceber que a Igreja estava em contato e podia dirigir-se a todos os camponeses de forma bastante ágil, articulando-os em torno de suas propostas.

A partir do final dos anos 60, ou mais precisamente, a partir do início da década de 70¹⁹, a diocese de Chapecó passou a colocar em prática uma série de iniciativas renovadoras, no sentido de adequar-se às propostas do Concílio Vaticano II, que apontavam principalmente para uma participação mais ativa do leigo e uma preocupação mais direta com os problemas sociais. Aos poucos foi assumindo, de forma cada vez mais clara, a opção preferencial pelos pobres e a perspectiva de atuação no sentido de promover a organização dos camponeses e de outras camadas marginalizadas da sociedade.

Uma das principais estratégias foi a formação de lideranças, voltadas a diferentes frentes de ação, como

ministros da eucaristia, grupos de jovens, Comissão Pastoral da Terra (CPT), grupos de reflexão, etc. A partir dessas lideranças é que a Igreja procurava viabilizar e dinamizar seu trabalho junto a toda a população²⁰.

A base organizativa para todo esse trabalho foram as comunidades. Toda a atuação da diocese, pelo que se pode perceber, estava calcada na existência dessas comunidades, organizadas em torno das capelas, que centralizavam toda a vida social das famílias camponesas que elas se encontravam ligadas. O depoimento de um dos agentes de pastoral da época, na diocese, falando da estruturação da CPT, permite confirmar essa perspectiva de análise:

- Sobre a organização da CPT, aqui na região. Praticamente em cada município havia uma representação da CPT. Como é que vocês faziam para construir essa representação? Chamavam os agricultores? Como vocês os chamavam?

- Nós tínhamos duas formas de trabalho. Uma era o trabalho diocesano, aqui a nível de diocese, que se dava basicamente em cima de cursos, encontros da CPT, que eram feitos nos meses de junho e julho, que era um período de menos trabalho na agricultura. [...] Começava na sexta e terminava domingo à tarde.

- Com agricultores?

- Com agricultores. E quem participava desses encontros? Eram as lideranças que surgiam nas comunidades, nos municípios, nas paróquias. Mas pra surgir as lideranças nas paróquias a gente fazia, a gente realizava, durante o resto do ano, encontros a nível de paróquia, de município. [...] Então tinha um grupo de coordenação da CPT na paróquia, a nível de município. E esse grupo era formado por dois representantes de cada comunidade.

- Como é que eram escolhidos esses líderes? Os agricultores indicavam?

- Eram escolhidos nas comunidades, por processo de [...] de assumir mais, ou porque tinha mais interesse ou até por eleição. Escolhia o líder da comunidade e esse líder da comunidade participava dos encontros. (Depois) [...] voltavam nas comunidades e continuavam fazendo as reuniões mensais, ou a cada dois meses (Entrevistado I).

Esta forma de vivenciar a experiência organizativa também é confirmada pelas lideranças dos movimentos. Veja-se por exemplo o relato da organização da CPT num dos municípios da região (município de Saudades), por um dos líderes que participou de todo o processo.

Bom, aí nós fazia o seguinte: fazia reuniões nas comunidades e escolhia lideranças. Então eram os responsáveis pela CPT nas comunidades. Aí nós começava a fazer reuniões municipais. Reunia todos os responsáveis da CPT das comunidades [...] que no início era muito interessante. Tinha comunidades que mandavam até três, quatro ou cinco. Das vezes dava um grupo muito grande. Daí nós organizava, discutia lá, fazia das vezes dois dias de estudo mesmo (Entrevistado B).

Em todos os demais relatos colhidos o processo descrito foi sempre muito semelhante a este. Ou seja, o processo era bastante semelhante para praticamente todas as iniciativas. Os agentes religiosos reuniam a comunidade ou as lideranças, colocavam a questão e solicitavam a escolha de um ou de alguns nomes para representá-la nos encontros de nível municipal²¹. Após os encontros, então, as lideranças retornavam às suas comunidades e encaminhavam as deliberações e/ou encaminhamentos propostos nos mesmos²². Caso o

representante da comunidade se sentisse pouco preparado para conduzir sozinho o trabalho em sua comunidade, podia solicitar auxílio para líderes de outras comunidades, ou mesmo para agentes de pastoral. Nos encontros municipais eram escolhidos os nomes para participar dos encontros de nível regional, e assim sucessivamente.

Os quatro principais movimentos sociais envolvendo populações camponesas no Oeste Catarinense, nas décadas de 70 e 80, foram estruturados segundo essa lógica. No Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), por exemplo, tão logo a equipe de base regional conseguiu reunir um conjunto de informações a respeito do projeto de construção das barragens e suas possíveis conseqüências, a primeira iniciativa foi de fazer um encontro com os representantes das comunidades.

Chamamos as lideranças das comunidades, dos bairros²³, das paróquias, dos sindicatos [...] juntou aqui umas 70 pessoas, mais ou menos [...] no primeiro encontro [...]. Daí desse encontro já saiu a coordenação provisória (Entrevistado I).

Também após uma viagem realizada para levantamento da situação dos projetos de assentamento de atingidos por outras barragens, no Norte e Centro-Oeste, o contato com os camponeses para a divulgação das informações se deu através das comunidades.

[...] O nosso pessoal ia lá [...] eu mesmo fiz, passei essa região toda aí, comunidade em comunidade, fazendo reunião, de manhã numa, de tarde noutra, de noite em outra [...]. Publicá fotografia, filme, slide, né [...] (Entrevistado I).

Não foi diferente a construção do MST. Eram os líderes da CPT da própria comunidade que localizavam, reuniam (ou ao menos articulavam a reunião) os sem-terras por comunidade, após terem participado de um encontro municipal e regional, como já foi anteriormente descrito.

Nóis, a primeira coisa que nós fazia, era convidá um sem terra pra uma reunião, né. Convidava [...] e aí, com representação de todas as comunidades, nós fazia reunião e aí essa pessoa levava material pra í pras comunidade discutí lá, chamá mais gente e fazê uma discussão com o pessoal sem terra lá. Nóis também fazia visita, né. Nóis também ia lá ajudá a discutí as questão [...] (Entrevistado J).

A organização do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) também foi toda embasada nas comunidades existentes. A estratégia de contato e articulação passava pelas comunidades, como atesta o relato a seguir:

- E eu tava olhando agora aqui, foi de 80 [...] deixa eu ver aqui [...] aonde a gente organizô daí todas as comunidades, né. De 81, alíás 82, aí [...] 83 a gente comecô a expandí mais a questão das comunidades [...] acho que deve ter sido em 83, nós fizemos uma reunião, a primeira reunião assembléia, com representantes de todas as comunidades, sabe, com 85 mulheres.

- De Chapecó?

- De Chapecó. Abrangendo Chapecó, porque aí, quase, praticamente, todas as comunidades já estavam organizadas com o movimento de mulheres [...] (Entrevistado C).

Por fim, os relatos sobre o Movimento de Oposição Sindical atestam a mesma situação:

Passemo em todas as comunidades, pedindo pra comunidade quem que a comunidade queria que fosse representá a comunidade, pra ser [...] pra participá da chapa e quem que eles achavam que deviam ser os três primeiros, que eram os mais importantes na época²⁴ (Entrevistado B).

Analisando a questão apenas do ponto de vista da importância da organização das comunidades para a articulação das ações pastorais da Igreja e, posteriormente, da articulação dos camponeses para o desencadeamento do processo de mobilização e organização dos movimentos, pode-se dizer que as mesmas funcionavam como elos entre muitas famílias camponesas entre si e destas com algumas instituições capazes de articular as ações de muitas comunidades do mesmo município, da região como um todo e até com o estado e o país (Igreja e sindicato principalmente), mas sobretudo a primeira, devido ao seu grande enraizamento dentro das comunidades e dentro da própria cultura dos camponeses. Além de funcionarem como um espaço interativo, onde se desenrolavam muitos processos comunicativos diferentes, cada um com sua especificidade, representantes do grau de complexidade da vida social que se organizava em torno da capela (o culto e as celebrações, com seus ministros, equipes de liturgia, catequistas, etc.; os grupos de reflexão com seus coordenadores, agentes de pastoral e participantes em geral; os diferentes grupos - grupos de jovens, clubes de mães, etc.; a escola com sua diretoria específica, professor, pais de alunos, etc.; as organizações de lazer, como o salão de

feira e de reunião aos domingos, com jogos de baralho e outros; o campo de futebol, também com sua diretoria específica e sua organização própria, etc.). Todos eles eram espaços de interação e de comunicação, ligados e com noção de pertencimento ao conjunto maior representado pela comunidade.

É dessa maneira que, do ponto de vista da linha teórica até aqui adotada, entende-se que este traço cultural (organização de comunidades centralizadas na capela), desenvolvido ao longo do processo de colonização, interferiu na interpretação e na reação dos camponeses frente às experiências, constituindo-se num fator facilitador do processo de mobilização, uma vez que, através das comunidades, os camponeses deixavam de ser uma massa amorfa, para se constituir num coletivo estruturado, facilitando a ação dos agentes.

Ou seja, para reunir os camponeses, para solicitar que elegessem os seus representantes, não eram necessários muitos esforços além de um convite e uma motivação em torno da questão específica a ser levantada, uma vez que já havia uma organização prévia, encontros regulares que já faziam parte da vida dos camponeses e através dos quais era possível com eles estabelecer contatos regulares.

Junto com isso, porém, de forma inseparável, é preciso situar o traço da religiosidade que, além de ter sido um dos fatores motivadores de tal organização, também permitiu que a igreja desfrutasse de uma posição privilegiada em termos de credibilidade e penetração nas comunidades²⁵.

Nesse sentido, a presença da Igreja não pode ser tida simplesmente como algo dado ou como se fosse algo "natural". Para se compreender o fato de a Igreja

ter sido uma interlocutora privilegiada dessa população, capaz de atingir a quase totalidade dos habitantes de cada uma das comunidades e gozando de grande credibilidade, é preciso que se tenha presente o referencial teórico que tem norteado o presente estudo, em que se destacam os conceitos de experiência humana, cultura e consciência afetiva e moral desenvolvidos por E.P. Thompson.

Trata-se, como foi visto, de uma população que, por razões históricas e culturais, teve sua vida social centralizada em torno da capela. Esse fato, além de favorecer a sua instalação em todas as comunidades, fez da capela um local de frequência quase que obrigatória para o camponês, tanto para atender suas necessidades espirituais quanto afetivas, de contato com seu grupo de vizinhos, aos quais se encontrava vinculado historicamente e que representava a preservação de sua memória histórica, ligada ao seu país de origem. Esse fator, que foi fundamental nos primeiros momentos da migração, acabou, como foi visto, criando uma tradição de organização comunitária que centralizou a vida social das comunidades. Mas, fundamentalmente, a frequência à capela tornou-se indispensável para dispor de equipamentos e serviços de caráter coletivo que eram centralizados na comunidade, que funcionava em torno dela. A própria prática da solidariedade nos momentos de dificuldade, de grande importância para superar os momentos de infortúnio, frequentemente era coordenada pela diretoria da capela, o que revestia a participação também de um caráter de busca de segurança.

Essas práticas, desenvolvidas e cultivadas nos difíceis anos da instalação nas novas terras (tanto no

momento da chegada ao Brasil, quanto na vinda ao Oeste Catarinense), acabaram sendo incorporadas ao patrimônio cultural e fazendo parte do modo de vida e do próprio *habitus*²⁶, que passou a ter na comunidade da capela um local “natural” de encontro e de contato com os habitantes da localidade.

Esse fator parece ter sido de grande importância no sentido da existência de um espaço de comunicação e interação dessa população, permeado por um conjunto de valores partilhados por todo o grupo que, funcionando como um ponto de encontro dos diversos grupos, facilitou em muito a sua articulação em torno dos problemas e das bandeiras levantadas pelos movimentos.

Assim, no interior da experiência histórica desses camponeses, é possível compreender as razões que habilitaram a Igreja a tornar-se sua interlocutora privilegiada, que teve grande facilidade em dispor da sua atenção e da sua confiança. Parece ficar bem evidente que os camponeses tinham uma ligação com a Igreja que extrapola o campo espiritual das suas (fortes) convicções religiosas. Além de espiritual, sua ligação era também afetiva e cultural, e até mesmo, num certo sentido, econômica.

Para uma adequada compreensão do papel da Igreja como a principal interlocutora desses camponeses, é preciso considerar ainda, pelo menos, dois fatores. Em primeiro lugar é preciso considerar o fato de que os agentes religiosos (sobretudo os padres) gozavam de grande autoridade e credibilidade junto aos camponeses, tanto pelo seu conhecimento (geralmente os únicos indivíduos, naquele espaço, que possuíam escolarização de nível superior), como pela auréola dos poderes sobrenaturais da religião. Além

disso, possuíam uma acentuada identificação étnica e cultural com a população, o que fez da religião um fator de aglutinação da identidade étnica e cultural, ao mesmo tempo que parece ter facilitado a adequação do discurso a ser veiculado com as condições históricas concretas de vida dos camponeses. Isto porque, sendo oriundos, no mais das vezes, do interior de famílias camponesas, esses agentes conheciam profundamente o modo de vida e as necessidades concretas dessas famílias. Confirma isto o fato de todos os agentes religiosos entrevistados serem filhos de pequenos proprietários rurais e terem, todos eles, bem presentes as dificuldades enfrentadas pelos camponeses, inclusive, em pelo menos um caso, tendo vivenciado em sua própria família a ameaça de perda da terra para o banco.

No momento em que os agentes religiosos passaram a estabelecer uma identificação entre o compromisso cristão e a luta em torno dos objetivos do grupo, através de um discurso congruente e articulado com as necessidades, expectativas e valores do grupo (camponeses), essa autoridade e credibilidade incontestes da Igreja e seus agentes, aliadas ao forte apego à crença religiosa pelos camponeses, foi decisiva para o sucesso conseguido pela Igreja no desencadeamento do processo de mobilização entre os camponeses do Oeste Catarinense.

É preciso considerar ainda que a socialização dessa população, na família e na comunidade, se deu, em grande medida, sob influência do ideário religioso, tendo sido a Igreja um dos principais elementos de formação de um conjunto de valores básicos do grupo. A grande importância atribuída à religião por esse grupo, além de favorecer o desenvolvimento do espí-

rito associativista, o exercício de práticas organizativas e de liderança e viabilizar a reconstrução/preservação do patrimônio cultural, trazido dos países de origem, adaptando-o às novas condições históricas, provocou a difusão de um conjunto de valores e práticas comuns a todo o grupo, centrados em torno de uma moral religiosa. Este conjunto subsidiou a elaboração individual e coletiva das experiências vividas e a construção de certos consensos. Entre esses valores estão a importância do trabalho e do sofrimento, o caráter sagrado e indissolúvel da família, o princípio hierárquico da autoridade, a importância da vida comunitária, o senso de justiça e retidão na conduta, o controle da sexualidade e da procriação, etc. Ou seja, um conjunto de valores que participou de forma decisiva na constituição da cultura e da consciência afetiva e moral a partir das quais a consciência das experiências foi elaborada.

A existência desse espaço valorativo comum parece ter sido fundamental também para a própria atuação da Igreja junto aos camponeses. A credibilidade de que gozava e a influência exercida por suas pregações estavam, com certeza, embasadas na existência desse espaço valorativo comum. Vale retomar aqui a idéia de que qualquer adesão a uma idéia vinda do exterior (de outra pessoa e de fora do grupo) implica, fundamentalmente, em que haja uma congruência entre as regras e a concepção de vida do ideário em questão, com a necessária tarefa de viver num modo de produção dado. Ou seja, é preciso que exista um certo espaço valorativo comum entre as duas realidades ou grupos, para que se efetive o processo de interação. Esse fato da socialização dos camponeses ter se dado primordialmente através do ideário religioso e da

centralidade da questão religiosa na vida dos mesmos, foi então um fator de grande importância para a interação entre a Igreja e os camponeses e, em consequência, para o processo de mobilização.

Logo, entre os fatores propiciadores da mobilização, é preciso levar em conta o patrimônio cultural construído ao longo de toda a experiência passada e presente dessa população, particularmente a questão da religiosidade e da tradição associativa, fortemente presente junto a essa população.

Como se pôde observar, o processo de modernização da agricultura transformou e fragilizou as unidades camponesas, pondo em risco não apenas sua forma característica de produzir, mas também sua própria continuidade e reprodução como produtores autônomos. Como consequência, desencadeou-se um significativo processo de êxodo rural, e ingresso de grandes contingentes de população rural no mercado de trabalho urbano.

O agravamento das condições de vida, provocado pelo processo de modernização da agricultura, através de uma acentuada redução no valor unitário real dos produtos agrícolas, bem como através de outros mecanismos de expropriação, reduzindo não apenas as possibilidades de consumo, mas as próprias possibilidades dos camponeses de reproduzirem-se como produtores autônomos, foi também um dos fatores essenciais para o surgimento do processo de mobilização. E, ao lutar pela sua terra ou pelo preço dos produtos agrícolas, essa população estava lutando, na verdade, pela preservação de um modo de vida, no qual persistiam muitos traços do modelo original camponês.

O que chama a atenção é justamente o fato de que, como coloca Brumer et al. (1993), ao invés de nostal-

gia, o Sul (e particularmente o Oeste Catarinense) respondeu a esse processo com intensos movimentos sociais.

A idéia que se está procurando fundamentar é de que o tipo de organização social existente no meio rural do Oeste Catarinense e o modo de vida dessa população, favoreceu o surgimento de movimentos sociais organizados e capazes de superar os limites locais, porque favoreceu a construção de identidades e a articulação de grupos abrangentes em torno de objetivos comuns.

4. Notas

1 Referimo-nos especialmente a E. P. Thompson (1981, 1984 e 1987) e seus conceitos de *experiência humana, consciência afetiva e moral e cultura*.

2 Nesse sentido estamos nos referindo a Habermas (1982 e 1989).

3 Poli (1995). Dissertação apresentada junto ao programa de Pós-graduação em educação. Os capítulos referidos são os de número dois e três.

4 São conhecidos, no Oeste Catarinense, como camponeses *de origem* os camponeses descendentes de imigrantes europeus (italianos, alemães e poloneses, principalmente) que chegaram à região a partir de 1917, oriundos, em sua maioria, do estado do Rio Grande do Sul. Constituíram-se na base principal da população que participou do processo de colonização do Oeste Catarinense. Embora não existam registros precisos, o número de imigrantes europeus que chegaram à região, vindos diretamente da Europa, é relativamente pequeno, se comparado ao número dos descendentes de imigrantes europeus que chegaram à região procedentes do Rio Grande do Sul, para onde seus antepassados haviam imigrado algumas décadas antes.

5 O termo *caboclo*, de uso corrente na região, é utilizado para designar a população andariha e miscigenada que já habitava a região no momento da colonização do Oeste Catarinense, pelos camponeses *de origem*.

6 A relação dos entrevistados e suas respectivas indicações no texto são as seguintes:

* Entrevistado A: camponês, líder da ocupação da Fazenda Burro Branco em 1980 e líder sindical.

* Entrevistado B: camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense.

* Entrevistado C: camponesa, líder do MMA e líder sindical.

* Entrevistado D: camponês, um dos organizadores da primeira oposição sindical da região. Participou ativamente também da organização de outros movimentos.

* Entrevistado E: camponês, líder do MAB e líder de oposição sindical.

* Entrevistado F: camponês, líder e um dos coordenadores do MST na região.

* Entrevistado G: camponesa, fundadora e líder do MMA.

* Entrevistado H: camponês, líder do MAB.

* Entrevistado I: agente de pastoral.

* Entrevistado J: camponês, um dos líderes da oposição sindical de Chapecó e líder do MST na região.

7 A família era, via de regra, a família conjugal (casal e filhos), sendo possível, no entanto, do mesmo modo como foi observado no estudo de Santos (1978), registrar a presença de ascendentes e descendentes e, até mesmo, embora em número reduzido, de outros elementos do grupo de parentesco, junto ao grupo familiar. No Oeste Catarinense era comum entre as famílias a presença de ascendentes e de descendentes, sendo mesmo uma prática comum que um dos filhos, geralmente o último, ficasse com a propriedade dos pais em troca de responsabilizar-se pelo cuidado dos mesmos na velhice. Outra prática comum era o filho, mesmo depois de casado, permanecer morando, por algum tempo, na casa paterna até que conseguisse viabilizar a constituição de uma unidade produtiva autônoma. Alguns casos dessa natureza foram percebidos entre os entrevistados, como demonstra o depoimento a seguir: “Então nós era em 12 filhos, mais o pai e a mãe, mais o finado vovô que morava junto, dava 15. Aí eu casei veio a minha companheira morá junto, nós tava em 16, e a minha primeira filha nasceu ainda na casa do meu pai” (Camponês, um dos organizadores da primeira oposição sindical da região. Participou ativamente também, da organização de outros movimentos).

Vale para essa realidade, então, a afirmação de Shanin (1983, p. 179), que o principal traço definidor da categoria de membro de uma família reside na participação absoluta na vida da unidade produtiva. Ou seja, a família se compõe de *Gente que come del mesmo puchero* ou *Gente cerrada bajo el mismo candado*.

8 As lideranças entrevistadas confirmam que o início do envolvimento das crianças com o trabalho acontecia desde muito cedo, como se pode ver pelo depoimento a seguir: “Bom [...] nós era assim. Era regra, né. Nós desde piquinho, fazia poco, mas tinha que começá. Era aquela história: aprenda a fazê, fazendo. Eu lembro que nós era [...] nós tinha cinco, seis, sete ano e naquele tempo se puxava água a muque, né, não tinha manga, né. Então o máximo que nós aguentava era aqueles galãozinho de 3 litros. Então nós já ia lá, em cada mão um galãozinho. Levava água pros porco. E daí, durante o dia [...] o pessoal na roça e nós tinha

que cuidar dos porco. Dar água pra eles e essas coisas todas” (Camponês, líder da oposição sindical e um dos organizadores da CPT e do MST no município de Saudades e no Oeste Catarinense).

9 Baseados nesta realidade, tem havido, no Oeste Catarinense, algumas experiências de municípios que alteraram os períodos de férias escolares para fazê-los coincidir com as épocas de trabalho mais intenso na agricultura.

10 Nesse sentido, ver principalmente Belato (1985), Silva (1981, 1982 e 1986), entre outros.

11 De acordo com algumas referências feitas pelos entrevistados, a saída de uma família do campo para a cidade normalmente era precedida da saída de um ou mais filhos que se aventuravam na busca de trabalho na cidade. Uma vez instalados, promoviam a vinda de outros irmãos e mesmo da família toda, porém esse é um aspecto que precisaria ser aprofundado e foge aos objetivos do presente estudo.

12 O entrevistado refere-se aos que desistiram de participar do movimento, após a tentativa frustrada de ocupação havida em 1982, nos municípios de Maravilha e Descanso. Muitos dos participantes daquela primeira ocupação tornaram a ocupar em 1985, porém, alguns desistiram e, inclusive, muitos deles deixaram o campo em direção à cidade. É a esses que ele está se referindo.

13 É importante observar que, em algumas famílias, especialmente as de origem italiana, o critério é diferente para as mulheres que, ao invés de terra, recebem um dote em móveis, roupas e utensílios. O critério, na verdade é variável, mas pode-se dizer que entre as famílias de origem italiana, é mais freqüente a utilização de critérios diferenciados para homens e mulheres, do que entre as famílias de origem alemã, ou mesmo entre os caboclos. Mas esse critério não é uniforme. Veja-se por exemplo o caso relatado por um dos entrevistados que, apesar de ser de origem alemã, também utilizava critérios diferenciados: “As moças não ganharam terra. Os quatro filhos homens ganharam a terra. As moças ganharam vaca de leite e uma máquina de costura, que era o enxoval básico da época, né. A moça casava, tinha que levá uma vaca de leite ou uma novilha e uma máquina de costura. Era o básico. Um pouquinho de roupa, né. Que eu acho que é injusto, porque a terra é o melhor capital e deveria ser dividida entre todos” (Camponês, líder da primeira oposição sindical na região. Participou ativamente também na organização de outros movimentos).

Outros, porém, fizeram questão de frisar que em sua família as moças também ganharam terra e que sua família não concordava com a existência de critérios diferenciados.

14 A mesma observação foi feita por Scherer-Warren & Reis (1986) que, ao estudarem a questão das barragens, perceberam nos atingidos um grande apego à sua terra em especial. A consciência do pioneirismo e do inves-

timento de longos anos de trabalho e de vida na constituição das atuais condições da unidade produtiva, parecem ter um peso significativo.

15 Não se quer com isso negar a existência de tensões, intrigas e contradições, ou disputas entre o grupo de vizinhos. Muito pelo contrário. Quer-se, porém, destacar o valor afetivo que tais elementos representam para o camponês.

16 Para conhecer melhor a realidade no Oeste Catarinense sugere-se o estudo de Belatto (1985).

17 A esse respeito ver Poli (1995), capítulo 2.

18 A entrevista refere-se à inexistência de uma comunidade formalmente estruturada, com diretoria eleita e, principalmente, com sede própria, até porque, além das famílias serem ainda pouco numerosas, a concentração de todos os esforços na construção das instalações mínimas para a unidade produtiva não permitia a dedicação do tempo necessário para a construção da capela, do salão comunitário, etc.

19 Um fator importante de renovação da atuação da igreja, na Diocese de Chapecó, foi a chegada do bispo D. José Gomes, que foi quem liderou todo o processo de renovação da atuação da Igreja local. Sua chegada ocorreu em 1968, mas, segundo ele próprio, as principais iniciativas, no sentido da adequação às propostas do Concílio Vaticano II, começaram a ser postas em prática a partir do ano de 1970.

20 Ver a esse respeito Poli (1995), capítulo 4.

21 Algumas vezes podia ocorrer até de os agentes religiosos simplesmente solicitarem a indicação de nomes para participar de um encontro, sem que os camponeses soubessem exatamente do que se tratava. No encontro as lideranças eram então informadas e preparadas para atuar em sua comunidade. Nesse caso os agentes religiosos contavam com a inconteste credibilidade da Igreja junto aos camponeses.

22 Pela metodologia empregada, praticamente todos os encontros terminavam com uma atividade concreta a ser executada no retorno às comunidades, no intervalo entre um e outro encontro. Sobre essa questão, ver Poli (1995), capítulo 4.

23 Nesse caso a referência aos bairros deve-se ao fato de que havia algumas cidades nas áreas previstas para o alagamento, como o caso de Itá que, estando dentro da área da primeira barragem que estava sendo construída, já foi totalmente deslocada para uma nova área.

24 Refere-se aos cargos de presidente, tesoureiro e secretário.

25 A importância da religião na vida desses camponeses pode ser percebida também por diversas outras evidências. Renk (1990), por exemplo, chama a atenção para o espaço que a religião ocupa nos relatos da história da colonização, dando, por vezes, a impressão de que praticamente não havia outro espaço significativo de vida social. Além do fato de o padroeiro, freqüentemente, definir o nome da linha e os limites desta coincidir, geralmente, com os limites da capela, também demonstram, segundo a autora, essa importância. Esse fato, na verdade, é muito co-

num entre as comunidades do Oeste Catarinense. Muitas são as comunidades que levam o nome do santo padroeiro.

No mesmo sentido, Boni & Costa (1984) destacam a presença de práticas religiosas diárias, como a reza do terço em família, a oração da Ave-Maria, feita ao toque do sino (às 18 horas), a importância do padre entre esses camponeses e o grande número de vocações religiosas registradas entre os filhos de camponeses.

26 O conceito de *habitus* é aqui tomado da definição construída por Bourdieu (1997).

5. Referências

BELATTO, Dinarte. *Os camponeses integrados*. Campinas: UNICAMP, 1985. (Dissertação de Mestrado).

BONI, Luiz A. de & GOMES, Nelci R. *Entre o passado e o desencanto*. Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1983.

BONI, Luiz A. de & COSTA, B. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

BOUDIEU, Pierre. Tradução de Marisa Correa. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1997.

BRUMER, Anita et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hughes (Org.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

CHAYANOV, Alexander. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.

HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

LAMARCHE, Hulhes (Coord.). *Agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

POLI, Odilon Luiz. *Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense*. Campinas: UNICAMP, 1995. (Dissertação de mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação).

QUEIROZ, M. I.P. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1976.

RENK, Arlene Anélia. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. (Dissertação de Mestrado - Mimeo).

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHERER-WARREN, Ilse & REIS, Maria José. O Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai: unidade e diversidade. In: *Cadernos do CEAS*, nº 120, março-abril, 1986.

SHANIN, Teodor. *La clase incómoda: sociologia política del campesinato en una sociedad em desarrollo*. (S.l.): Alianza Editorial, 1983.

_____. O conceito de camponês: conceituações e desconceituações. In: *Estudos CEBRAP*, nº 26, março de 1990.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

THOMPSON, E. P. *Miséria de la teoría*. Barcelona: Editorial Crítica, 1981.

_____. *Tradicion, revuelta y consciéncia de clase: estudo sobre la crisis de la sociedade preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

_____. *A formação de classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. I e II.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. *Os desafios da organização interna de um assentamento rural*. Brasília, (s. d). Mimeo.

Abstract

The present paper is a study about culture and way of life of peasant population in Catarinense West, and the way that they were characterized in a period immediately previous to the agriculture modernization process, happened in the early 70's. This paper is a result of a research process developed between 1993 and 1995, and involved, beyond a consult in studies about, a field research, based on collect of stories peasant's life. The theoretic perspective is related especially to the human experience categories, affective and moral consciouness and culture, developed by Thompson (1981, 1984 and 1987), beyond studies more specifics about peasant's life.

Key Words: Peasant's life, Peasant's culture, Catarinense West.

